

Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 4



*Anderson Oramisio Santos
Guilherme Saramago de Oliveira
Maria do Carmo Rodrigues
(Organizadores)*

*Adriana Borges de Paiva
Avani Maria de Campos Corrêa
Mara Cristina Piolla Hillesheim*

*Anny Carolina de Oliveira
Glênio Oliveira da Silva
Márcia Maria de Sousa*

Michele Maria da Silva

Anderson Oramisio Santos
Guilherme Saramago de Oliveira
Maria do Carmo Rodrigues
(Organizadores)

Metodologias, Técnicas e
Estratégias de Pesquisa:
estudos introdutórios 4



Uberlândia (MG)
Março/2022

UNIFUCAMP

(Centro Universitário Mário Palmério)

Reitor do UNIFUCAMP: Me. Guilherme Marcos Ghelli

EDITORA DA FUCAMP

Coordenadora da Editora: Dra. Cristina Soares de Sousa

Comissão Editorial

Dr. Guilherme Saramago de Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia)

Dr. Gustavo Araújo Batista (Universidade de Uberaba)

Dr. José Alberto Coraiola (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Faculdade Integradas Camões)

Dra. Kelma Gomes Mendonça Ghelli (Centro Universitário Mário Palmério)

Dr. Leandro de Souza Leão (Universidade Federal de São João del-Rei)

Dr. Luiz Carlos Figueira de Melo (Universidade Federal de Uberlândia)

Dra. Núbia dos Santos Saad (Universidade Federal de Uberlândia)

Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy (Universidade do Oeste Paulista – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)

Dra. Roselaine das Chagas Fonseca (Centro Universitário Mário Palmério)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor

S237 Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 4/Anderson Oramisio Santos, Guilherme Saramago de Oliveira, Maria do Carmo Rodrigues (organizadores). - Uberlândia, MG: FUCAMP, 2022. 108p. : il.

ISBN: 978-65-00-42100-2 (ebook)

Inclui bibliografia.

1. Ciência - Metodologia. 2. Metodologia - Estudo e ensino. 3. Pesquisa - Estudo e ensino. 4. Pesquisa - Metodologia. 5. Técnica - Estudo e ensino. I. Santos, Anderson Oramisio. II. Oliveira, Guilherme Saramago de. III. Rodrigues, Maria do Carmo.

CDU: 001.8

Reprodução proibida sem prévia autorização
Art. 184 do Código Penal e Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capa: Gravura de Gregor Reisch, 1508.



Av. Brasil Oeste, S/N, Jardim Zenith
Monte Carmelo - MG / CEP 38.500-000
(34) 3842-5272

SUMÁRIO

À GUISA DE APRESENTAÇÃO	4
I- REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS	8
<i>Adriana Borges de Paiva Guilherme Saramago de Oliveira Mara Cristina Piolla Hillesheim</i>	
II- O ESTUDO DE CASO ÚNICO NA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	27
<i>Glênio Oliveira da Silva Guilherme Saramago de Oliveira Michele Maria da Silva</i>	
III- O GRUPO FOCAL NA PESQUISA CIENTÍFICA DE NATUREZA QUALITATIVA	41
<i>Avani Maria de Campos Corrêa Guilherme Saramago de Oliveira Anny Carolina de Oliveira</i>	
IV- FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTÓRIA ORAL NA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS QUALITATIVAS	55
<i>Anny Carolina de Oliveira Guilherme Saramago de Oliveira Avani Maria de Campos Corrêa</i>	
V- PRINCÍPIOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS	72
<i>Michele Maria da Silva Guilherme Saramago de Oliveira Glênio Oliveira da Silva</i>	
VI- CARTOGRAFIA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	85
<i>Márcia Maria de Sousa Guilherme Saramago de Oliveira</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	104

À GUISA DE APRESENTAÇÃO



O livro **“Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 4”** é a décima oitava obra que decorre das pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e por membros do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática e Tecnologias Digitais no Ensino (GRUPEM-UFU).

A obra está organizada em seis capítulos. O primeiro, denominado **“Reflexões sobre a Análise De Conteúdo no desenvolvimento de Pesquisas Qualitativas”** (Adriana Borges de Paiva, Guilherme Saramago de Oliveira, Mara Cristina Piolla Hillesheim), descreve as ideias principais sobre pesquisa científica e suas abordagens qualitativa e quantitativa. Analisa os fundamentos da Análise de Conteúdo, enquanto uma técnica de pesquisa qualitativa. Apresenta conceitos e definições da Análise de Conteúdo na perspectiva teórica de diferentes autores e explicita os procedimentos de organização e as etapas de desenvolvimento desta técnica no desenvolvimento de investigações científicas.

O segundo capítulo, **“O Estudo de Caso Único na organização e desenvolvimento da Pesquisa em Educação”** (Glênio Oliveira da Silva, Guilherme Saramago de Oliveira, Michele Maria da Silva), descreve e analisa alguns dos fundamentos teóricos e práticos a respeito do Estudo de Caso enquanto uma modalidade de pesquisa qualitativa. Busca caracterizá-lo com base nos estudos realizados por Robert Yin e Robert Stake. O texto também conceitua a natureza do Estudo de Caso e apresenta as vantagens e limitações encontradas no desenvolvimento deste tipo de investigação científica. Desenvolve ainda uma reflexão sobre seu planejamento, aplicabilidade, condução e análise dos dados coletados.

No terceiro capítulo, **“O Grupo Focal na Pesquisa Científica de Natureza Qualitativa”** (Avani Maria de Campos Corrêa, Guilherme Saramago de Oliveira, Anny Carolina de Oliveira), são apresentadas, de forma geral, concepções e características da pesquisa científica, as diferenças e especificidades entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, bem como a técnica da entrevista no entendimento de alguns teóricos que se dedicam aos estudos das abordagens metodológicas. O texto enfoca, principalmente, a definição e a organização do Grupo Focal enquanto uma técnica eficiente de investigação interativa entre os participantes de um determinado grupo de interesse do pesquisador, onde se respeita o princípio da não diretividade.

O quarto capítulo, **“Fundamentos Teóricos da História Oral na realização de Pesquisas Qualitativas”** (Anny Carolina de Oliveira, Guilherme Saramago de Oliveira, Avani Maria de Campos Corrêa), discorre especificamente sobre a metodologia de pesquisa qualitativa intitulada como História Oral, a fim de realizar um breve levantamento sobre seu percurso histórico, desde seus primeiros registros até sua chegada e ampliação da técnica no Brasil, além de conceituar esta metodologia levando-se em consideração as suas modalidades existentes e suas respectivas particularidades. Apresenta ainda, alguns apontamentos pertinentes sobre as etapas da metodologia de História Oral e realiza um breve relato sobre considerações dos desafios da História Oral na plenitude do século XXI.

O quinto capítulo, **“Princípios da Pesquisa Bibliográfica no desenvolvimento de Pesquisas Qualitativas”** (Michele Maria da Silva, Guilherme Saramago de Oliveira, Glênio Oliveira da Silva), explicita, analisa e descreve as principais ideias que compõem e fundamentam a Pesquisa Bibliográfica, enquanto

uma técnica de pesquisa qualitativa. Coloca em evidência conceitos e definições da Pesquisa Bibliográfica, na perspectiva teórica dos principais autores que tratam desta temática, e apresenta os procedimentos desta estratégia metodológica no desenvolvimento de pesquisas científicas.

O último capítulo, “**Cartografia: Uma Estratégia Metodológica na Pesquisa em Educação**” (Márcia Maria de Sousa, Guilherme Saramago de Oliveira), objetiva situar a Cartografia como um princípio do pensamento rizomático postulado por Deleuze e Guattari a partir de aproximações com formulações teóricas de Foucault, passando pela sua apropriação como método de pesquisa, cujos princípios possibilitam a construção de uma abordagem de investigação aberta e inventiva. A partir da exposição de suas características singulares, a Cartografia é apontada como alternativa metodológica condizente com estudos sobre a produção de subjetividades em diferentes áreas de conhecimento, entre elas as envolvidas no campo educacional.

Portanto, os capítulos do livro apresentam e descrevem diferentes abordagens metodológicas, evidenciando princípios e fundamentos teóricos e práticos que podem contribuir para o planejamento e implementação de trabalhos acadêmicos de investigação científica. Os textos expressam, de maneira geral, o entendimento que a aquisição e produção de novos conhecimentos se dá por meio da realização de pesquisas científicas. Assim sendo, elas se configuram em importante estratégia educativa para a organização e desenvolvimento do trabalho docente e para a formação crítico-reflexiva dos estudantes.

Afinal, como afirmou o ilustre filósofo e professor brasileiro, Pedro Demo* (2003, p.26): “A concepção moderna de professor o define essencialmente como orientador do processo de questionamento reconstrutivo no aluno, supondo obviamente que detenha esta mesma competência. Neste sentido, o que mais o define é a pesquisa. A rigor, ensinar é algo decorrente da pesquisa. Não pode manter a mesma densidade definitiva, como se diz com respeito à universidade em termos de ensino, pesquisa, extensão. De partida, se os três termos fossem pelo menos homogêneos, teríamos um pouco mais de pesquisa e extensão, o que não é verdade. Como regra, a predominância do mero ensino é avassaladora. A seguir, não é correto homogeneizar os termos, porque há visível hierarquia, estando no topo a pesquisa. Se esta for bem conceituada e praticada, torna-se ocioso o de extensão, e engloba

naturalmente o ensino, que se torna educação. Pois, educar pela pesquisa é a educação própria da escola e da universidade”.

*Adriana Borges de Paiva
Anderson Oramisio Santos
Anny Carolina de Oliveira
Avani Maria de Campos Corrêa
Glênio Oliveira da Silva
Guilherme Saramago de Oliveira
Mara Cristina Piolla Hillesheim
Márcia Maria de Sousa
Maria do Carmo Rodrigues
Michele Maria da Silva*

* DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CAPITULO I



REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

Adriana Borges de Paiva
Guilherme Saramago de Oliveira
Mara Cristina Piolla Hillesheim

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 1977, p. 9).

1. Considerações iniciais

Toda investigação segundo Minayo (2001) se inicia por um problema, com uma dúvida ou com uma pergunta que é articulada a conhecimentos anteriormente obtidos e podem demandar a criação de novos referenciais que surgem a partir do objeto investigado devido à ampliação do conhecimento adquirido mediante os estudos. Esse conhecimento anterior, chamado teoria é construído por outros estudiosos e lançam luz sobre a questão da pesquisa, ou seja, auxiliam no entendimento da questão e

projeta para novas construções. A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. A partir desse ponto, o investigador por meio de um trabalho exaustivo separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles. Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos e por isso surge a necessidade de novas pesquisas.

A pesquisa segundo Gil (2002) é necessária quando se pretende responder algum problema, ou seja, quando não há informações suficientes sobre algum assunto ou quando existe uma desordem nas informações encontradas o que dificulta a relação com a questão norteadora da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo a formulação de respostas aos problemas propostos.

Em continuidade aos apontamentos já realizados, Silveira e Córdova (2009) indicam que pesquisa é a atividade nuclear da Ciência que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, sendo um processo permanentemente inacabado e adquirido por aproximações sucessivas da realidade, o que fornece subsídios para uma intervenção na realidade.

Deste modo, entende-se que pesquisar é investigar, é a possibilidade de descobrir novos caminhos a partir dos desdobramentos dos estudos realizados sobre determinada temática. A partir da definição de um objeto de estudo, ou seja, da escolha do tema de pesquisa, são colhidos os dados através do estudo e investigação sobre esse tema e confrontados de maneira a aprofundar e produzir novos conhecimentos. Nesse sentido, para ser realizada uma pesquisa bibliográfica e atingir os objetivos pretendidos é necessário utilizar uma diversidade de fontes para consulta à pesquisa.

Dentro desse contexto, pode-se dizer que existem vários tipos de pesquisa, dentre elas a pesquisa comum, que pode ser realizada por qualquer pessoa e a pesquisa científica que utiliza procedimentos sistemáticos de investigação para responder a um determinado questionamento ou problema, que é o tipo de pesquisa a ser abordado neste artigo.

Para ser possível realizar uma pesquisa e alcançar resultados que permitem responder ao problema de pesquisa que é elaborado no início do planejamento dos

estudos são necessárias algumas características intrínsecas para o pesquisador. Fundamentalmente, segundo Gil (2002) o êxito de uma pesquisa depende de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, dentre as quais estão:

Figura 1 - Qualidades Pessoais do Pesquisador.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Gil (2002).

Pela figura nota-se que as qualidades pessoais de um pesquisador envolvem conhecimento do assunto a ser pesquisado que norteia o início, a organização e o desenvolvimento da pesquisa. A curiosidade sobre o tema a ser pesquisado, a criatividade para desenvolver temas pertinentes e interessantes para a sociedade, bem como integridade intelectual, a atitude auto corretiva, a sensibilidade social, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência, são características essenciais para o pesquisador e são fundamentais para auxiliar na organização e dar sequência em cada etapa que exige muito trabalho e dedicação. Destaca-se que a necessidade de confiança na experiência do investigador para que ele possa seguir em frente e buscar os melhores resultados.

E ainda, em complementação as informações descritas anteriormente para a confecção e estruturação de uma pesquisa, é necessário planejar cada ação e etapa a

ser desenvolvida ao longo processo. Assim, os elementos habitualmente requeridos num projeto, de acordo com Gil (2002), são apresentados a seguir:

- a) formulação do problema;
- b) construção de hipóteses ou especificação dos objetivos;
- c) identificação do tipo de pesquisa;
- d) operacionalização das variáveis;
- e) seleção da amostra;
- f) elaboração dos instrumentos e determinação da estratégia de coleta de dados;
- g) determinação do plano de análise dos dados;
- h) previsão da forma de apresentação dos resultados;
- i) cronograma da execução da pesquisa;
- j) definição dos recursos humanos, materiais e financeiros a serem alocados.

Podem depreender-se dessa forma, que a relação entre problema e metodologia utilizada durante um processo de pesquisa é a interdependência entre as partes para culminar no resultado final almejado. O ponto de partida da pesquisa, ou seja, o problema de pesquisa é aquilo que nos instiga a buscar soluções ou respostas e a metodologia é a definição da forma mais eficaz para responder o questionamento, que é o objeto de estudo. Então, em outras palavras, a metodologia é a forma escolhida para realização da pesquisa, o método que será utilizado, isto é, o como fazer e a definição dos instrumentos que serão utilizados no caminho a ser percorrido para se chegar nos resultados da pesquisa.

Diante do exposto e mediante as ideias de Silveira e Córdova (2009) pode-se concluir que para desenvolver uma pesquisa é fundamental escolher um método. Este método deve estar baseado nas características dessa pesquisa. Tomando como exemplo, na prática, uma pesquisa pode investigar uma pessoa ou um grupo capacitado, abordando um aspecto da realidade, no sentido de comprovar experimentalmente hipóteses ou descrevê-la ou explorá-la. Deste modo, é possível aliar uma pesquisa quantitativa com a abordagem qualitativa.

Nesse sentido, a realização de uma pesquisa científica conforme Campos (2004) nos coloca diante de diversas etapas o que pode trazer inúmeros obstáculos em sua execução. Essas dificuldades, geralmente são associadas, ao desconhecimento ou não familiaridade com os métodos ou técnicas empregadas e que foram selecionados para

execução da pesquisa. Por exemplo, ao final da etapa de coleta de dados, uma fase exaustiva, se não realizada adequadamente pode comprometer toda a pesquisa, gerando a falsa sensação que o trabalho está finalizando. Porém, essa etapa pode ser considerada a mais crucial e demorada de todo percurso. E por isso, a escolha do método que será utilizado para a sua realização necessita de muito cuidado e atenção, pois deve ser adequada e proporcionar a devida exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidades. Campos (2004) ainda acrescenta que,

No universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (corpus), tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística. Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (CAMPOS, 2004, p. 611).

Deste modo, ficou entendido que para se realizar uma pesquisa além de algumas características pessoais do pesquisador é necessário planejamento e uma das etapas mais determinantes para quem pretende realizá-la é a definição exata das técnicas de coleta e de análise dos dados para conseguir esmiuçar e explorar ao máximo os dados da pesquisa. Para Oliveira *et al.* (2020),

Os fundamentos teóricos da investigação, a metodologia, a técnica e procedimentos para obtenção dos dados, as formas de tratamento da informação e a capacidade intelectual do pesquisador na elaboração/produção do trabalho científico, constituem os aspectos essenciais que contribuem para a realização de uma pesquisa de cunho qualitativo (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 02).

Sendo assim, o objeto de estudo desse artigo é relacionado aos conceitos e as etapas da Análise de Conteúdo, que é um método de técnica de pesquisa muito utilizado para a realização de pesquisas científicas qualitativas e que auxilia na identificação e compreensão do real sentido dos textos investigados e que abrange maior pluralidade de sentido para as informações encontradas.

2. A abordagem qualitativa x quantitativa

De acordo com Gatti (2004) até na metade do século passado predominavam no

Brasil os estudos de natureza quantitativa e atualmente na área da pesquisa educacional, excluindo análises de dados de avaliações de rendimento escolar, poucos estudos empregam esta metodologia. Porém, por outro lado, a autora indica que os métodos de análise de dados que são traduzidos numericamente podem ser necessários para compreender vários problemas educacionais, pois sem esses dados de natureza quantitativa não poderia ser dimensionada, equacionada e compreendida algumas questões.

Pelos estudos realizados por Neves (2020) é possível destacar que a abordagem qualitativa do problema, considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números e, portanto, deve-se buscar compreensão sobre os significados das relações existentes na sociedade. Assim, o autor indica que para realizar uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, é necessária a utilização de pesquisa bibliográfica em documentos diversos, assim como a aproximação do pesquisador no ambiente pesquisado de maneira a contribuir para interações importantes para o enriquecimento da pesquisa. Deste modo, o pesquisador pode refletir a respeito da realidade dos alunos e melhor compreender a realidade estudada a partir de observações e da elaboração e aplicações de entrevista com os atores envolvidos.

Sendo assim, entende-se que a metodologia qualitativa é a abordagem mais utilizada nos últimos anos para realização de pesquisas educacionais apesar de ser possível entender que a utilização da combinação das duas abordagens, ou seja, a utilização do método quantitativo e qualitativo em uma mesma pesquisa é indicado em alguns casos, para dimensionar e levar a compreensão de questões para alguns problemas da educação que precisam ser quantificados e melhor especificados.

A pesquisa qualitativa nos conceitos de Minayo (2001) responde a questões muito particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, nota-se que a abordagem qualitativa de método de pesquisa trabalha com uma visão que não engloba números e comparações estatísticas, e sim

engloba o entendimento, a compreensão e a observação nas relações entre as pessoas na sociedade tentando refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado.

Silveira e Córdova (2009) consideram que a pesquisa quantitativa tem suas raízes no pensamento positivista, lógico, enfatiza o raciocínio dedutivo e os atributos mensuráveis. Já a pesquisa qualitativa não está relacionada a representatividade numérica, mas relaciona-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, busca explicar o porquê das coisas se, quantificar valores, tenta apreender a totalidade do contexto de quem está vivenciando a situação.

Em complementação aos estudos elencados a pesquisa qualitativa segundo Silva *et al.* (2005) objetiva compreender o significado e a compreensão dos acontecimentos e interações para os indivíduos, em situações particulares. Para os autores a pesquisa social vem acompanhando a evolução da humanidade e à medida que distancia da visão positivista das leis universais incorpora e aprimora pressupostos próprios da pesquisa qualitativa que tem uma visão interpretativa da realidade.

Pode-se inferir então a partir dos estudos realizados que a abordagem qualitativa consegue abarcar as relações que não se referem a números e quantificações e sim aquelas em que podem ser compreendidas por meio de análise e observação e terem um significado particular. E apesar da abordagem quantitativa ser menos utilizada na área educacional é muito importante pois alguns estudos exigem a presença de dados que conseguem traduzir ou expressar determinado problema ou situação de maneira mais explícita a partir de elementos numéricos. Nestes casos, aliar as duas abordagens é uma escolha pertinente e que induz resultados mais robustos e apurados.

Para Gatti (2004) a abordagem quantitativa aliada a dados de metodologias qualitativas pode enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos. Ambas abordagens exigem esforço reflexivo do pesquisador para dar sentido aos dados coletados e que serão analisados. No entendimento de Gatti (2004),

Estas análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros”, sobre

fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing (GATTI, 2004, p. 26).

Conforme apontado anteriormente, a junção de ambas as abordagens, ou seja, reunir a abordagem qualitativa e a quantitativa em um mesmo estudo contribui para o enriquecimento da pesquisa e alia diferentes ferramentas para a construção de uma pesquisa mais elaborada e com uma fundamentação teórica mais sólida. Este tipo de pesquisa exigirá do pesquisador esforço para coletar e analisar os dados de maneira a traduzir o real sentido das informações.

Neves (2020) considera a pesquisa qualitativa fundamentalmente interpretativa em que o pesquisador descreve pessoas ou cenários, analisa dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, faz uma interpretação ou elabora conclusões sobre o significado do que foi obtido. Sendo necessário realizar observações e relatos dos alunos, entrevistas, uso de registros em diário de campo e estudo de documentos oficiais da temática abordada, o que envolve caráter pessoal e teórico, compreende as lições aprendidas e estimula a formulação de novas indagações.

Uma das formas de estruturação e organização para a realização de uma pesquisa qualitativa é utilizando a técnica chamada de Análise de Conteúdo. Tendo como base os estudos de Silva *et al.* (2005) a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado.

Para Mozzato e Grzybovski (2011) a Análise de Conteúdo vem ganhando legitimidade nos últimos anos devido a exigência de busca de técnicas com rigor científico e com um detalhamento mais condizente para produção de uma pesquisa de qualidade,

No campo da produção científica de Administração, há crescente interesse pela análise de conteúdo como técnica de análise de dados que, nos últimos anos, vem tendo destaque entre os métodos qualitativos, ganhando legitimidade. A importância da análise de conteúdo para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas. No entanto, a constituição de novos paradigmas científicos impõe outras dinâmicas também à análise dos dados das pesquisas científicas. De modo geral, as transformações

sucessivas pelas quais têm passado a ciência evidenciam irregularidades e também rupturas, sobretudo no que tange às ciências sociais, que exigem revisitar as abordagens metodológicas. Nessa lógica se insere a análise de conteúdo, a qual cada vez mais conquista legitimidade nas pesquisas qualitativas no campo da administração, razão por que deve entrar na pauta das discussões científicas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 732).

Da mesma forma, confirmando as informações apontadas segundo os estudos de Amorim (2015) a análise de dados é considerada um importante caminho para a pesquisa, pois segundo o autor a opção teórico-metodológica do pesquisador define o trabalho a ser realizado, sendo a Análise de Conteúdo uma técnica para obtenção de dados que aliada a elaboração de entrevista pode ser direcionada à aquisição de informações a partir dos depoimentos individuais, organizados por categorias e grupos específicos que buscam tecer uma análise comparativa entre os mesmos e um melhor entendimento da percepção e realidade de cada pessoa.

A técnica de análise de conteúdo, para Minayo (2001) é atualmente compreendida muito mais como um conjunto de técnicas que surgiu nos Estados Unidos no início do atual século. Até os anos 50 predominava o aspecto quantitativo da técnica, ou seja, a contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas. Atualmente destacam-se duas funções na aplicação da técnica: tentativa de confirmação das afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação e tentativa de descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa.

Nota-se deste modo, que o método de Análise de Conteúdo vem sendo amplamente utilizado em pesquisas educacionais com abordagem qualitativa, possui características e possibilidades próprias e utiliza de técnicas para descrever e interpretar o conteúdo de mensagens, textos e imagens. Se propõe a dividir o discurso através de procedimentos sistemáticos e ajuda a categorizar as análises para tentar compreender o significado das mensagens que vai além da leitura comum e superficial. Esta técnica busca também decifrar os códigos das mensagens realizadas e até mesmo o que deixou de ser dito no contexto ocorrido por meio de deduções lógicas.

3. A Análise de Conteúdo: conceitos e definições

A Análise de Conteúdo segundo Bardin (1977) designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Em outras palavras, uma técnica que se preocupa em interpretar imagens ou textos com o intuito de entender o seu sentido, decifrar a mensagem tanto implícita como explícita do objeto estudado. São iniciativas que a partir de um conjunto de técnicas, apesar de parciais são complementares tentam explicitar e sistematizar os conteúdos das mensagens e o que expressa esse conteúdo a partir de deduções lógicas a respeito da origem das mensagens.

Os usos iniciais da Análise de Conteúdo segundo Franco (2005) estiveram por muito tempo limitados a análise de dados naturais, ou seja, aqueles encontrados nas mensagens contidas em jornais, livros, documentos oficiais e pessoais, aqueles dados que estão disponíveis e existem sem a participação do investigador. Porém, cada vez mais, a técnica passa a ser utilizada como forma de produzir inferências acerca de dados verbais e/ou simbólicos, que são obtidos a partir de perguntas e observações de interesse de uma determinada pesquisa.

A partir dos estudos de Mendes (2013) relacionados a conceituação da Análise de Conteúdo percebe-se uma comparação entre a construção da pesquisa com retalhos que somados a união de fios criam um *patchwork*. Nesse sentido, a Análise de Conteúdo é considerada como um fio que compõe a análise de dados e vai interligando as informações que vão surgindo até despontar em uma possível resposta da questão investigada.

A comparação da elaboração de uma pesquisa que utiliza o método da Análise de Conteúdo com a confecção de um *patchwork* é pertinente e permite um entendimento mais delineado a respeito dessa metodologia na medida em que ambos os casos se utilizam de um fio que interliga e cria um trabalho final consolidado e bem definido e que tem uma função bem sistematizada ao final da tarefa designada ser cumprida.

A Análise de Conteúdo, conforme o pensamento de Cardoso, Oliveira e Ghelli

(2021, p. 111), é uma perspectiva de investigação de natureza qualitativa que tem o intuito de “[...] analisar os sentidos e os significados das comunicações, considerando tanto as condições de quem produz a mensagem (o emissor e seu contexto), quanto de quem a recebe e os efeitos que ela produz, a fim de melhor compreender e interpretar a realidade”. Para os autores, a Análise de Conteúdo é

[...] um método de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, conhecimentos relativos ao emissor da mensagem, ao receptor, ao meio, considerando as condições de produção/recepção das mesmas” (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021, p. 111).

A Análise de Conteúdo para Franco (2005),

[...] requer que as descobertas tenham relevância teórica. Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado. O liame, entre este tipo de relação deve ser representado por alguma forma de teoria. Assim, toda a análise de conteúdo, implica comparações contextuais. Os tipos de comparação podem ser multivariados. Mas, devem, obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade, da intencionalidade, e da competência teórica do pesquisador (FRANCO, 2005, p. 16).

Nota-se que a partir do conjunto de técnicas sistemáticas advindas da Análise de Conteúdo as descobertas do pesquisador, ou seja, as considerações que vão sendo construídas a partir do desenvolvimento da pesquisa precisam ser elaboradas mediante relevância teórica a partir da análise das mensagens, textos e imagens, tecendo as comparações e deduções referentes ao tema abordado, e neste contexto, informações meramente descritivas não são consideradas relevantes.

O ponto de partida da Análise de Conteúdo no entendimento de Franco (2005) é a mensagem, independente da forma como ela se exprime, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, sendo que obrigatoriamente deve expressar um significado e um sentido, e por sua vez este sentido não pode ser considerado um ato isolado. E ainda aponta que, na Análise de Conteúdo a relação que vincula a emissão das mensagens (qualquer que seja) é diretamente ligada as condições contextuais de quem as produziu.

A mensagem transmitida independente da forma é uma construção da sociedade, que exprime as sensações da existência humana. Logo, é o produto de viver,

sentir, raciocinar, relacionar, produzir mensagens e conseguir transmiti-las, e é a mensagem transmitida que gera ações, conforme podemos observar nas palavras de Franco (2005):

Nesse sentido, a Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana, que em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo, interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005, p.14).

De acordo com as ideias expressas por Franco (2005) tem crescido a utilização da Análise de Conteúdo, assim como o interesse por questões teóricas e metodológicas na execução das pesquisas. Tem aumentado a utilização do método a uma variedade mais ampla de problemas, principalmente aqueles ligados à comunicação, mensagens e discursos. A Análise de Conteúdo é indicada para testar hipóteses em oposição a pesquisas meramente descritivas, inclusive em conexão com outras técnicas de pesquisa, e, em alguns casos, tem se utilizado computadores com programas computacionais direcionados para auxiliar na pesquisa.

Do mesmo modo, em seus estudos Silva e Fossá (2015) destacam que a análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise de comunicações, ao longo dos anos, vem sofrendo reformulações e atualmente com uma análise mais contemporânea vem sendo influenciada pelo uso de computadores, fato justificado pela existência de *softwares* que auxiliam nos processos de organização do material e de codificação dos dados.

Nesse sentido, entende-se que para ser possível tecer o “pathwork”, obter o produto final da pesquisa, ou em outras palavras, atingir os resultados esperados no início da pesquisa é necessário desenvolver o método da Análise de Conteúdo a partir de sistematizações pré-definidas que podem ou não fazer uso dos computadores com o intuito de chegar a informações anteriormente não percebidas ou de maneira sistemática identificar as prováveis respostas das questões investigadas.

Por fim, nota-se que a mensagem é o principal canal de expressão sobre aquilo que se quer transmitir ou indicar, e está diretamente relacionada ao contexto produzido, não sendo um ato isolado e imparcial e deste modo, precisa ser analisado

tecendo as comparações pertinentes. Assim, pode-se chegar a uma possível resposta referente ao objeto investigado e que foi formulado no início do trabalho.

4. Organização e etapas de desenvolvimento da Análise de Conteúdo

A organização e as etapas de desenvolvimento da Análise de Conteúdo nos ajudam a compreender melhor como esse método é realizado. A partir da explanação sobre o que ocorre em cada etapa e como estas são realizadas é possível observar de maneira mais precisa como esse método pode ser aplicado em uma pesquisa científica.

Para Bardin (1977) a Análise de Conteúdo se divide em três fases: a primeira chamada de pré-análise, a segunda denominada exploração do material e a última em que é realizado o tratamento dos resultados por meio da inferência e da interpretação.

Na primeira fase, Minayo (2001) destaca que, em geral, organiza-se o material a ser analisado. Nesse momento, de acordo com os objetivos e questões de estudo, são definidas as unidades de registro, as unidades de contexto, os trechos significativos e as categorias. Para isso, faz-se necessária uma leitura do material no sentido de tomarmos contato com sua estrutura, descobrirmos as orientações para a análise e registrarmos impressões sobre a mensagem.

Nessa fase inicial, de acordo com Bardin (1977) é um período de organização, de intuições com o objetivo de tornar operacional e sistematizar as primeiras ideias. Geralmente são escolhidos os documentos que serão analisados, são elaboradas as hipóteses, os objetivos e os indicadores. É a fase em que é realizada a leitura flutuante, considerada o contato primário com os documentos que serão analisados com intenção de conhecer o texto e serem criadas impressões. Durante a escolha dos documentos convém demarcar o universo de documentos que são suscetíveis de fornecer informações sobre o problema a ser investigado. Após a demarcação do gênero de documentos que serão utilizados é possível constituir o *corpus* da pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos que serão submetidos a análise. Estas informações são destacadas também nos apontamentos de Trivinos (1987), conforme podemos observar,

A leitura geral, que Bardin denomina "flutuante", de todo este material, permitiu aos investigadores, em princípio, três fatos fundamentais: formular os objetivos gerais da pesquisa, as hipóteses amplas da mesma e determinar o corpus da investigação que não é outra coisa que a especificação do campo no qual os pesquisadores deviam fixar sua atenção (TRIVINOS, 1987, p.161).

Deste modo, é demonstrado com clareza, que a leitura inicial, flutuante levará a três princípios ao longo da pesquisa, quais sejam, a formulação dos objetivos gerais, as hipóteses amplas a serem investigadas e a determinação do *corpus* que é a especificação exata do objeto a ser estudado e pelo qual o pesquisador deverá se debruçar para conhece-lo, utilizando-se de técnicas que irão decompor os dados em partes de modo que sejam realizadas com maior facilidade as análises.

Para ser possível escolher esses documentos a serem utilizados para a pesquisa, algumas regras foram apontadas por Bardin (1977) como fundamentais para serem executadas e verificadas como forma de orientação para definição final da separação dos documentos que é filtrar cada documento pelas regras da Exaustividade, da Representatividade, da Homogeneidade e da Pertinência. Essas regras estão representadas na figura 2.

Figura 2 – Regras para seleção de documentos da pesquisa.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Bardin (1977).

Deste modo, em relação a figura 2, é importante esclarecer que as regras destacadas demonstram ser fundamentais na elaboração e execução das etapas seguintes pois elas ajudam de maneira mais pontual a identificar e selecionar os documentos que serão utilizados, sendo possível selecionar de maneira mais objetiva e a partir de critérios definidos e pertinentes os documentos ligados à ideia central investigada.

Tais regras citadas anteriormente, e conforme descrito por Moreira *et al* (2006), para que seja possível constituir o corpus é necessário seguir os procedimentos de organização do material correspondendo a algumas normas de validade, tais como: exaustividade (contemplar todos os aspectos levantados no roteiro, deve-se esgotar a totalidade do acervo), representatividade (conter a representação do

universo pretendido), homogeneidade (obedecer a critérios precisos de escolha em termos de temas, técnicas e interlocutores, todos devem possuir o mesmo tema), pertinência (o material analisado estar adequado ao conteúdo e objetivos do trabalho).

Esses quatro critérios são de grande importância na fase inicial da pesquisa, pois eles indicarão se os documentos selecionados devem ser mantidos ou descartados, se possuem pertinência na seleção, se todos possuem os mesmos critérios que foram estabelecidos no planejamento e definição iniciais, o que auxilia dessa forma de maneira mais precisa a elaboração de uma pesquisa mais robusta e criteriosa.

Para conclusão da primeira fase, conforme indicado por Bardin (1977) são formulados as hipóteses e os objetivos, em seguida é feita a referência dos índices que fornecem indícios das mensagens e são elaborados os indicadores que são realizados por meio de recortes de texto nos documentos de análise e são os elementos que asseguram os índices previamente estabelecidos.

A segunda fase de exploração do material, segundo Minayo (2001) considerada a fase mais longa, em que são efetivadas as decisões elaboradas na fase anterior e pode haver necessidade de realização de várias leituras de um mesmo material. Nessa etapa, os dados brutos são transformados de maneira organizada, e são definidas as categorias, ou seja, são constituídos os sistemas de codificação (em que os dados são agrupados por terem as mesmas características), além de serem identificadas as unidades de registro permitindo uma descrição das características gerais do conteúdo analisado.

Neste sentido, Trivinos (1987) demonstra que a análise a ser realizada acerca dos documentos selecionados deverá ir além dos conteúdos manifestos e deverá ir em busca do conteúdo que está escondido por trás das mensagens declaradas, conforme indicado no trecho a seguir,

Na interação dos materiais (documentos oficiais ou não, e ainda das respostas de outros instrumentos de pesquisa), no tipo de pesquisa que nos interessa, não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem. O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados -quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denuncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade; o segundo abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário

da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico (TRIVINOS, 1987, 0.162).

Na última etapa, Minayo (2001) indica que é a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação e consiste no tratamento estatístico simples dos resultados, permitindo a elaboração de tabelas que condensam e destacam as informações fornecidas para análise. A partir das classificações elaboradas pode-se fazer inferências, interpretar os dados, tentar descobrir o que está escondido em relação aos documentos que foram selecionados na primeira fase.

De acordo com Mendes (2013) as etapas da Análise de Conteúdo, são apresentadas por pré-análise, considerado um momento de organização dos dados com o intuito de constituir o corpus da pesquisa, que passa pela “leitura flutuante”, para estabelecer contato com os dados e ter uma primeira percepção sobre as mensagens. Em um segundo momento é realizada a exploração do material, de maneira mais profunda e procura estabelecer as unidades de registro e contexto, e por meio da exploração de procedimentos metodológico diversos, tais como, Entrevistas Coletivas, Transcrições das Aulas Presenciais, Fóruns de Discussão, Registros Reflexivos, Atas, busca-se formular as unidades de significação a partir dos temas. E por fim, na última fase da pesquisa, é realizado o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, em que os dados construídos são tratados de maneira a se tornar significativos.

Figura 3 – Etapas da Análise de Conteúdo.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Bardin (1977).

Detalhando as informações constantes da figura 3 a partir dos estudos realizados para elucidar os entendimentos sobre a Análise de Conteúdo destacamos as etapas pertencentes ao método, sendo elas: a pré-análise, em que é realizada a leitura flutuante, a escolha dos documentos e a elaboração das hipóteses, dos objetivos e dos indicadores. A segunda fase que é realizada a exploração do material, a partir da codificação e classificação das mensagens, e a fase final de tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

5. Concluindo

Neste texto foram apresentadas, analisadas e descritas as ideias principais relacionadas à Análise de Conteúdo, enquanto uma técnica de pesquisa qualitativa, na perspectiva teórica de diferentes autores e foram abordados os procedimentos de organização e as etapas de desenvolvimento desta técnica no desenvolvimento de investigações científicas.

Pelas leituras e estudos realizados ficou entendido que a Análise de Conteúdo é uma técnica que tem ganhado destaque no cenário das pesquisas científicas, principalmente no âmbito das pesquisas de abordagem qualitativa. Este método oscila entre o caminho da objetividade e da subjetividade buscando interpretar através de rigor científico aquilo que se encontra escondido por trás das mensagens.

Para a realização de uma pesquisa científica nota-se que é fundamental um pesquisador engajado e que usufrui de características pertinentes além de um bom planejamento. A escolha do método de pesquisa nessa etapa é fundamental para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

O diferencial da Análise de Conteúdo é a separação do discurso em partes por meio de procedimentos sistemáticos e bem definidos na busca de compreensão das mensagens, ou seja, de tudo aquilo que é dito e também o que não é dito, utilizando de definições lógicas para alcançar entendimento e/ou descobertas sobre o objeto estudado.

Pelo exposto ao longo deste texto, fica entendido que as etapas da Análise de Conteúdo são essenciais para que o pesquisador possa atingir os resultados da pesquisa e a partir da leitura flutuante, da escolha dos documentos e da elaboração das hipóteses, dos objetivos e dos indicadores tornar possível explorar o material para

codificar e classificar as mensagens e por fim tratar os resultados e interpretá-los, buscando atingir o resultado final que são novos entendimentos ou o alcance do inédito sobre aquele assunto ou tema que estava escondido em imagens ou textos que foram investigados.

Referências

AMORIM, L. C. S. **Percepções e sentidos da política educacional de surdos em Uberlândia/MG**. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 1977.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, Out., 2004.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.20, n.43, p.98-111, Monte Carmelo, MG, 2021.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília,DF: Liber Livro Editora, 2005.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr., 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MENDES, R. M. **A formação do professor que ensina matemática, as Tecnologias de Informação e Comunicação e as comunidades de prática: uma relação possível**. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MOREIRA, S. N. T. *et al.* Processo de significação de estudantes do curso de medicina diante da escolha profissional e das experiências vividas no cotidiano acadêmico. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. v. 30, n. 2, p. 14-19, 2006.

NEVES, E. P. **Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática**. 2020. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, mai, 2015.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. p. 33-44.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, SP: Atlas, 1987. p. 116-170.

CAPITULO II



O ESTUDO DE CASO ÚNICO NA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Glênio Oliveira da Silva
Guilherme Saramago de Oliveira
Michele Maria da Silva

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistêmica de entrevistas (YIN, 2001, p. 27).

1. Introdução

As pesquisas na área de educacional ganharam força no Brasil a partir da década de 1970 com a consolidação do processo de institucionalização da pesquisa educacional no país. Com a necessidade de compreender as relações humanas e ir além das informações estatísticas, a pesquisa qualitativa passou a ter um enfoque maior dentre

pesquisas entre os quais estão os estudos de caso.

Essa metodologia, considerada como uma das estratégias da pesquisa qualitativa, tem conquistado um lugar de destaque no campo das pesquisas educacionais (STAKE, 2013), por sua aplicabilidade ser muitas e variadas e por sua possibilidade de investigar e interpretar; o estudo de caso, pode contribuir de modo singular na compreensão das problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais, organizações, políticas, instituições públicas, programas governamentais, problemáticas relacionadas a prática educativa, ao permitir realizar análises amplas e significativas sobre o objeto de investigação científica. Para isso, é necessário que o objeto de estudo seja bem definido, assim como os dados que devem ser coletados precisam estar claros.

Uma pesquisa qualitativa, conforme os estudos desenvolvidos por Oliveira *et al.* (2020), são utilizadas quando o pesquisador pretende identificar, analisar e interpretar, percepções e entendimentos diversos sobre questões relevantes, que necessitam para sua melhor compreensão, muito mais do que uma mera análise estatística, descritiva, dos dados coletados durante o processo de investigação.

A realização de uma pesquisa científica demanda, antes de tudo, a identificação do problema, o domínio de alguns conceitos-chaves; ou seja, o público-alvo e o que se quer investigar para que se atinja ao tipo de método mais adequado para consecução dos objetivos.

O estudo de caso, como metodologia de pesquisa qualitativa, visa a construção de uma teoria indutiva, a partir do estudo empírico de um caso ou estudos que envolvem mais de um caso.

A relevância desta estratégia de investigação e sua contribuição enquanto metodologia, nos permite neste artigo, discutir por meio de uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, alguns aspectos fundamentais dos principais problemas referente a este tipo de pesquisa, em particular o estudo de caso único: a natureza do estudo de caso, distinção conceitual, a questão da generalização ou sua aplicabilidade do conhecimento, bem como suas vantagens e limitações mais comuns encontradas.

Para isso, utilizaremos como principal referencial teórico, as contribuições e posições de dois dos mais reconhecidos especialistas em estudos de caso: Robert Yin e Robert Stake.

2. Caracterização: conceito e natureza

Uma dificuldade inicial reside na distinção conceitual entre o ensino do estudo do caso e do método de pesquisa de estudo de casos dentro das Ciências Sociais.

O estudo de caso, chamados de *case*, não se trata de uma metodologia de pesquisa, como vem a ser a pesquisa denominada de estudo de caso; mas uma ferramenta pedagógica utilizada na formação de advogados, juristas, administradores de empresas e Marketing. Parte da experiência, de realidades vivenciadas, onde os estudantes confrontam a teoria com a prática. Baseia-se no princípio de que se aprende fazendo, no qual o professor conduz os estudantes a partir da análise da prática à conclusão acerca da teoria, com o objetivo de ilustrar uma argumentação, uma categoria ou uma condição.

Martins (2006, p. 7) distingue o que vem a ser método do caso, ferramenta pedagógica, diferenciando-o de situações que pedem um estudo de caso. Para ele, um “[...] *case*, ou um estudo de caso é – técnica de ensino em que o professor (instrutor) explica – ensina – determinado conteúdo após os alunos estudarem um caso, geralmente relatando uma situação real já ocorrida”.

O uso do método do caso pode se configurar como uma nova mentalidade no processo pedagógico dentro das academias e que corrobora substancialmente para a formação de futuros profissionais, seu foco visa utilizar-se de princípios, exposição de vivências para compreender os processos, em vez de os estudantes debruçarem-se sobre a teoria pura, sem contanto abrir mão dela. “[...] esse tipo de pesquisa empírica representa também uma abordagem indutiva, através da qual a comparação, análise, interpretação e avaliação da experiência assim colhida dos negócios revelará, se houver, as úteis generalizações” (CONANT, 1968, p. 90).

Quanto ao estudo de casos, utilizado para realização de pesquisas, Yin (2001, p. 35) cita que “[...] o estudo de casos, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. Há um rigor científico, que necessita de compreensão, planejamento e disposição para aplicar as etapas que ele pressupõe. Portanto, o método de estudo de caso, como uma estratégia para se conduzir uma pesquisa empírica, exige uma preparação e organização de um planejamento da pesquisa.

Em geral, o estudo de caso é preferido quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. No entendimento de Boaventura (2007), para realizar um estudo de caso, um dos passos fundamentais é a “delimitação da unidade-caso”.

Os estudos de caso mais comuns são os que focalizam apenas uma unidade. No entanto, não é pelo simples fato de serem desenvolvidos em apenas uma unidade (uma escola, instituição ou evento) ou por incluírem um número muito reduzido de sujeitos, que podemos caracterizar com um “caso”. Mesmo que explicitemos a importância da unidade-caso no seu contexto na pesquisa; a natureza desta pesquisa nos orienta na classificação.

Os problemas expostos parecem ser, em parte, pelas discordâncias entre autores que dele se ocupam, ou induzidos por equívocos da literatura sobre o tema. Certamente, um dos importantes equívocos está na afirmação de que os estudos de caso são um tipo de pesquisa mais fácil, pelo fato de lidar com uma ou poucas unidades. Essa ideia foi disseminada por Bogdan e Biklen (1994, p. 89), ao sugerirem, que os investigadores iniciantes começassem sua aprendizagem de pesquisa por meio de estudos de caso por “serem mais fáceis de realizar” minimizando a complexidade e dificuldades que lhe são inerentes. Tal afirmação simplifica o nível de complexidade desse tipo de pesquisa, bem como o rigor científico necessário ao seu planejamento, análise e interpretação que lhe são inerentes.

Cabe informar que Robert Stake e Robert Yin, apresentam diferenças paradigmáticas quanto a caracterização dos estudos de caso e a questão da generalização ou aplicabilidade; embora esteja de acordo em pontos essenciais à compreensão dos estudos de caso. Isto é, nem todo estudo de uma única unidade pode ser considerado um estudo de caso, e estudos de caso se revestem de complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados.

Portanto, como avaliar se uma pesquisa se caracteriza como estudo de caso, segundo estes autores?

Para Yin, há três tipos que podem ser tomados como critérios para avaliar se uma dada investigação pode ou não ser classificada como um estudo de caso: o caso deve ser crítico, extremo ou único ou, então, revelador. Yin descreve, ainda, um outro

critério, referente aos estudos de tipo exploratório: eles devem aprofundar a compreensão de um fenômeno pouco investigado, levando à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores.

O caso deve ser crítico, quando o caso em pauta é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada.

A segunda razão que justifica a opção por um estudo de caso ser extremo ou único. Segundo Yin (2001),

Encontra-se fundamento lógico para um caso único quando ele representa o caso decisivo ao testar uma teoria bem formulada. (...) o caso único pode, então, ser utilizado para se determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto alternativo de explicações possa ser mais relevante (YIN, 2001, p. 62).

Já o caso extremo ou raro, segundo o autor, representa em geral uma situação na psicologia na qual há um algum distúrbio específico que apresente-se tão raro que favorece a documentação e análise.

A terceira situação descrita por Yin é o caso revelador, que ocorre quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação científica.

Yin acrescenta, ainda, que estudos de caso são também usados como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o design de estudos de casos múltiplos. O critério que justifica a escolha do estudo de caso como abordagem adequada de um problema de pesquisa: tratar-se de fenômeno pouco investigado.

A descrição desses tipos oferece pistas importantes para que se possa avaliar se uma dada investigação pode ser classificada como um estudo de caso; em qualquer dessas situações, deve focalizar fenômenos sociais complexos, retendo as características holísticas dos eventos da vida real.

Para Yin, as características consideradas essenciais a um estudo de caso exemplar, são:

- O caso deve ser completo. Três indicadores de completude são apontados: as fronteiras do caso, isto é, a distinção entre o fenômeno que está sendo estudado e seu contexto, são objeto de atenção; a narrativa demonstra, de modo convincente, que houve “um esforço exaustivo” (YIN, 1984, p.142) para coletar

as evidências relevantes; e o estudo é planejado de tal maneira que sua finalização não é determinada por limites de tempo ou de recursos.

- O caso deve considerar perspectivas ou hipóteses alternativas. O pesquisador deve buscar explicações ou perspectivas rivais daquelas adotadas no estudo e examinar as evidências de acordo com essas perspectivas.
- As evidências devem ser suficientemente poderosas para sustentar as conclusões e ganhar a confiança do leitor quanto à seriedade do trabalho realizado.
- O relato do estudo deve ser atraente. Isso significa que deve ser escrito de maneira clara e instigante, “seduzindo” o leitor, de modo a que este permaneça “ligado” na narrativa até o final.

Na concepção de Stake (1995), podemos encontrar dois critérios essenciais para definir um estudo de caso: O estudo de caso é o estudo da particularidade e da complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade concreta, os seus detalhes de interação do caso com os seus contextos. O caso é a complexidade e a especificidade de um sistema em atividade, sendo esse sistema delimitado cujas as partes são integradas.

Stake distingue três tipos de estudos de caso a partir de suas finalidades: Intrínseco, instrumental e coletivo.

No estudo de caso intrínseco busca-se melhor compreensão de um caso apenas pelo interesse despertado por aquele caso particular. O objetivo não é vir a entender algum constructo abstrato ou fenômeno genérico, mas porque, em todas as suas particularidades e no que têm em comum, este caso é de interesse em si.

No estudo de caso instrumental, ao contrário, o interesse no caso deve-se à crença de que ele poderá facilitar a compreensão de algo mais amplo, uma vez que pode servir para fornecer insights sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita, apresentando um caso que nela não se encaixa.

No estudo de caso coletivo o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto

ainda maior de casos.

Podemos observar, que os estudos de caso instrumentais, coletivos ou não, pretendem favorecer ou, ao contrário, contestar uma generalização aceita, enquanto os estudos intrínsecos, em princípio, não se preocupam com isso. Stake considera que o importante é otimizar a compreensão do caso ao invés de privilegiar a generalização para além do caso.

Para ele, os pesquisadores buscam mostrar a peculiaridade do caso tanto o que é comum quanto o que é particular, e reúnem dados sobre os aspectos citados abaixo:

- a. a natureza do caso;
- b. o histórico do caso;
- c. o contexto (físico, econômico, político, legal, estético etc.);
- d. outros casos pelos quais é reconhecido;
- e. os informantes pelos quais pode ser conhecido.

O resultado geralmente retrata algo de original em consequência de um ou mais destes aspectos acima. Outro, importante aspecto, segundo Stake para a caracterização do estudo de caso é o tipo de questões pertinentes a esse gênero de pesquisa. Geralmente, o estudo de caso é organizado em torno de um pequeno número de questões ou temáticas sobre relações complexas, situadas e problemáticas.

Comparando os tipos descritos pelos autores focalizados, podemos observar que o estudo de caso exploratório, assim como o que Yin denomina de crítico, são formas de estudo de caso instrumental na nomenclatura de Stake, enquanto o estudo de caso extremo e o revelador se aproximariam do tipo intrínseco na classificação de Stake.

O levantamento estado da arte sobre determinado tópico que está sendo objeto de análise ou estudo é importante para revelar porque um caso é crítico, extremo ou único, revelador ou, ainda, exploratório (Yin), instrumental ou, mesmo intrínseco (Stake), dentro da produção acumulada na área. Como lembra Stake (2000), os pesquisadores sempre buscam tanto o que é comum quanto o que é particular em cada caso e, para isso, é preciso estar inteirado da discussão corrente.

3. Generalização

Quanto à possibilidade de generalização a partir dos estudos de caso, mostrou-se que Yin considera que é sempre possível gerar hipóteses que possam ser testadas em

outros contextos (replicação) e, caso sejam reiteradamente confirmadas, podem ser generalizadas para contextos similares (“generalização analítica”).

A afirmação de que os estudos de caso sustentam pouca base para generalização é, segundo Yin (1984, p. 48-49), uma das modalidades dos preconceitos que envolvem esta estratégia de pesquisa. O autor argumenta que, se não se pode generalizar a partir de um único caso, também não se pode generalizar com base em um único experimento. De fato, as generalizações são frequentemente baseadas em um conjunto de experimentos replicando o mesmo esquema em diferentes condições.

Um erro fatal que se comete ao realizar estudos de caso é conceber a generalização estatística como método de generalizar os resultados do estudo. Isso ocorre porque os casos que você utiliza não são “unidades de amostragem” e não devem ser escolhidos por essa razão. De preferência, os estudos de caso individual devem ser selecionados da mesma forma que um pesquisador de laboratório seleciona o assunto de um novo experimento (YIN, 2001, p. 53-54).

Para Yin, o mesmo raciocínio pode ser usado para os estudos de casos múltiplos e, nesse sentido, a lógica que norteia a forma do estudo científico não é a da amostragem, mas a da replicação. Assim, cada caso deve ser selecionado de acordo com uma das seguintes previsões: ou se espera encontrar resultados similares nas diversas unidades investigadas (replicação propriamente dita) ou se espera resultados diferentes em razão de aspectos previamente antecipados pelo pesquisador (“replicação teórica”).

Tal como os experimentos, os estudos de caso, portanto, não representam “amostra” cujos resultados seriam generalizáveis para uma população (generalização estatística), o pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos. A isto Yin (1984, p. 39) denomina “generalização analítica”.

Já Stake assume uma posição diferente sobre a generalização. Critica o fato de que alguns estudiosos como Yin fazem restrições ao estudo do particular, como se o estudo intrínseco de um caso não fosse tão importante quanto estudos para obter generalizações referentes a uma multiplicidade de casos. No entanto, Stake admite que, mesmo no estudo intrínseco, os pesquisadores não esquivam a generalização,

constantemente antecipando acontecimentos esperados em seus casos e em outras situações.

No entender de Stake, essa preocupação com a generalização concorre com a busca da particularidade, e não deveria ser ressaltada em toda pesquisa. Suas concepções visam à compreensão do que é importante naquele caso, e para isso propõem as questões que lhes parecem pertinentes, descrevem contextos e fazem interpretações próprias ao caso, proporcionando ao leitor “descrição densa”.

O pesquisador se esforça para ter compreensão suficiente do caso estudado para expressar um significado complexo em uma narrativa suficientemente descritiva para que os leitores possam, alternativamente, vivenciar a situação e tirar conclusões (mesmo que sejam diferentes das do pesquisador). Assim, mesmo um estudo de caso intrínseco pode ser visto como um passo em direção à generalização.

Stake (2000, p.439) afirma que o compromisso com a generalização não deveria ser uma exigência feita a todo e qualquer estudo, os problemas ocorrem quando essa preocupação, caso seja excessiva, pode desviar a atenção do pesquisador de características importantes para a compreensão do próprio caso. Com sua própria história, única, o caso é uma entidade complexa que opera em vários contextos – físico, econômico, ético, estético, etc. O caso é único, mas possui subunidades, diferentes grupos e situações, enfim, é uma série de domínios que não são fáceis de serem apreendidos. A compreensão holística do caso exige o exame dessas complexidades.

Por meio de narrativas densas e vivas, os pesquisadores podem oferecer uma oportunidade para experiências alternativas, ou seja, pode levar os leitores a conectar o que observam nessa situação a eventos que vivenciam em outros contextos. Esse processo corresponde à chamada "generalizações naturalísticas", conceito que Stake (1978) introduziu como método alternativo de generalização a partir de amostras consideradas representativas da população, para propor mudanças nos pontos de vista: ele sugeriu que os pesquisadores não deveriam ser responsáveis por definir para quais populações e/ou contextos os resultados obtidos podem ser generalizados, mas deixar essa decisão para o leitor. Este, ao defrontar-se com uma descrição detalhada do assunto, a relação mantida entre eles, seu comportamento e a situação em que ocorreram e, finalmente, através da “descrição densa” do caso, a interpretação, hipótese e os Insights podem ser aplicados aos casos de seu interesse.

Stake então chega à questão central sobre generalização. O que você pode aprender com um único caso? Para ele, o que aprendemos com um caso singular, está relacionado ao fato de esse caso ser semelhante ou diferente de outros casos conhecidos. Pesquisadores naturalísticos, etnográficos e fenomenológicos relatam seus casos sabendo que eles serão comparados a outros e, por isso, buscam descrevê-los detalhadamente para que o leitor possa fazer boas comparações.

A análise das concepções desses dois autores referenciados, mostra que ambos têm distintas concepções tanto no que se refere à caracterização dos estudos de caso quanto à questão da generalização. Divergências essas claramente vinculadas aos pressupostos dos paradigmas com os quais cada um deles se identifica.

Desta forma, os critérios de identificação e seleção do caso e a forma de generalização proposta variam em função da conexão paradigmática do pesquisador, sendo esta de sua livre escolha e deve ser respeitada. É importante que existam critérios claros para a seleção de um caso, e que este seja realmente um “caso”, ou seja, uma situação complexa e / ou interessante cuja relevância justifica o esforço de compreensão.

Na verdade, o que Yin e Stake negam é que, com base em estudos de caso, generalizações estatísticas podem ser feitas. Mas não ignoraram a importância de ir além do caso, que fosse defensável, adequada para estudos de caso e permitisse o acúmulo de conhecimento.

Importante, destacar, é que existem critérios para avaliar estudos de caso, e os autores da análise aqui revelam claramente esses critérios. Apesar das diferenças entre eles, parece haver acordo sobre o fato, amplamente aceito pela comunidade acadêmica, de que um estudo de caso qualitativo é uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada e utilizada múltiplas fontes de dados de acordo com critérios pré-determinados, e recomenda fornecer a todas as pesquisas uma visão geral do fenômeno.

4. Vantagens e limitações

Como vários métodos, o estudo de caso apresenta vantagens e limitações na sua aplicação. Dentre as principais vantagens, citamos:

- Aplicabilidade em diferentes orientações epistemológicas;

- Possibilidade de utilizar múltiplas fontes de evidência;
- Beneficia-se do desenvolvimento prévio das proposições teóricas que orientam a coleta e análise dos dados, formulação de hipóteses e a possibilidade do desenvolvimento de teorias;
- Estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento;
- Enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles;
- Possui a vantagem de poder lidar com uma variedade maior de evidências;
- Podem constituir um arquivo de material descritivo suficiente rico para permitir reinterpretações subsequentes;
- São mais acessíveis ao público em geral do que os dados de investigação;
- Relacionam a teoria à prática (vida cotidiana);
- Proporcionam uma percepção através de exemplos específicos, acontecimentos ou situações;

Quanto as limitações/desvantagens, evidenciamos:

- São estudos muito complexos, morosos e difíceis de levar a cabo;
- O Acesso aos dados levanta problemas, assim como a sua publicação, o investigador tem de ter em conta os problemas de confidencialidade dos dados, os limites, entre o público e o privado, preservando o anonimato dos sujeitos;
- Exige uma metodologia mais apurada, rigorosa e mais tempo para coleta e análise dos dados;
- Levanta problemas quanto aos efeitos da implicação do investigador na realidade que estuda e o seus reflexos nos resultados obtidos, ou seja, o viés representado pela subjetividade do pesquisador. Isto é, quem desenvolve tende a formar juízos de valor sobre a validade do conhecimento de um caso particular. Embora inegável, esta influência

também pode ocorrer em outros métodos, inclusive nos quantitativos, devendo ser mitigada por meio do uso de técnicas conhecidas como a gravação e transcrição das entrevistas e pela triangulação das fontes;

- Uma das preocupações dos pesquisadores é a negligência pelo não desenvolvimento sistemático do método. Pois, o planejamento e a execução do estudo de caso exigem rigor, além de algumas vezes ser confundido com os casos de ensino, nos quais os materiais que constituem o estudo podem ser alterados a fim de demonstrar um determinado ponto ou resultado mais efetivo;
- Cuidado necessário quando buscar generalizações. Em nenhum momento, o pesquisador deverá desprezar, em busca da simplificação, o rigor científico no tratamento da questão necessário para sua validação.

Dentre as desvantagens do método de estudo de caso que apresentamos, a crítica clássica e que parece ser a mais grave é a dificuldade de generalização dos resultados obtidos e; consecutivamente, com a restrição da possibilidade de aplicação de suas conclusões a outros contextos, pouco em tese, irá contribuir para o avanço do conhecimento.

O estudo de caso único, por se tratar de um estudo em profundidade de uma realidade específica, considerando os seus aspectos idiossincráticos, há um intenso envolvimento na investigação, o que pode apresentar um risco de o investigador mostrar uma falsa certeza das suas conclusões e fiar-se demais em falsas evidências. Em decorrência disso, deixar de verificar a fidedignidade dos dados, da categorização e da análise realizada.

A recomendação para eliminar o viés de estudo é elaborar um plano de estudo de caso que previna prováveis equívocos subjetivos. Pois o fundamento lógico para projetos de caso único, não pode ser satisfeito por casos múltiplos. É provável que o caso raro ou incomum, o caso crítico e o caso revelador impliquem apenas em casos únicos, por definição. Os casos devem funcionar de uma maneira semelhante aos experimentos múltiplos, com resultados similares (replicação literal) ou contraditórios (replicação teórica). Projetos de casos múltiplos deve seguir uma lógica de replicação, e não de amostragem.

5. Considerações finais

Buscou-se neste trabalho apresentar o estudo de caso, em particular o caso único, como uma modalidade de pesquisa, sinalizando a dificuldade de tal tarefa, pela diversidade de entendimentos do seu significado e conseqüentes aplicações em muitas áreas do conhecimento. A partir das posições apresentadas quanto a natureza do estudo de caso, distinção conceitual, a questão da generalização do conhecimento, bem como suas vantagens e limitações mais comuns encontradas. Podemos afirmar sua inegável importância como instrumento de investigação e o seu estudo deve ser situado na discussão acadêmica.

O uso deste método constitui uma estratégia de pesquisa científica cuja as aplicações são muitas e variadas, com grande utilidade em várias áreas do conhecimento; pois possibilita a investigação de fenômenos no contexto real, com diversas fontes de evidência que permitem a reflexão e a busca de alternativas para solução dos problemas, e conseqüentemente contribui para o avanço do conhecimento.

Embora haja divergências entre os autores destacados neste artigo, parece haver acordo sobre o fato, muito aceito pela comunidade acadêmica, de que o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma perspectiva abrangente do fenômeno estudado.

Os critérios para identificação e seleção do caso, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um “caso”, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Uso e abuso dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set/dez. 2006.

BOAVENTURA, E. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CONANT, J. B. A educação de juristas, advogados e administradores de empresa. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Ed. USP, 1968.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. London: Sage, 1984.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

STAKE, R. The Case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, v.7, n.2, p.5-8, 1978.

STAKE, R. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

STAKE, R. E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2000. p. 435-454.

STAKE, R. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e seleção**, n.7, p. 5-14, 2013.

CAPITULO III



O GRUPO FOCAL NA PESQUISA CIENTIFICA DE NATUREZA QUALITATIVA

Avani Maria de Campos Corrêa
Guilherme Saramago de Oliveira
Anny Carolina de Oliveira

O Grupo Focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar (GATTI, 2005, p. 9).

1. Ideias Iniciais

A pesquisa científica pode ser considerada um inquérito ou exame minucioso, cujo escopo é resolver um problema por meio de procedimentos científicos. Lehfeld (1991) trata a pesquisa como uma inquisição, procedimento sistemático e intensivo, cujo intuito é descobrir e interpretar os fatos de uma determinada realidade.

Em tempos passados, a pesquisa científica era essencialmente atrelada às questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística. No entanto, com a necessidade de se compreender os fenômenos sociais,

alargou-se essa visão para contemplar uma metodologia de investigação que abrangesse a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais em que se vincula o pensamento e a ação, característica do que hoje conhecemos como abordagem da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 2009).

Na pesquisa qualitativa, nesse sentido, entende-se que um fenômeno social pode ser melhor compreendido e estudado quando realizado dentro do contexto em que os participantes da pesquisa estão inseridos, e sua análise deve ser feita de forma integrada. A empregabilidade da referida pesquisa é evidenciada nas Ciências Sociais, cuja preocupação basilar é a compreensão da lógica que permeia a prática social ocorrida na realidade (SEVERINO, 2007).

Necessário se faz enfatizar, de acordo com Yin (2016), que a pesquisa qualitativa, portanto, estuda o meio social das pessoas no ambiente em que vivem e pressupõe uma “[...] relação subjetiva entre pesquisador e objeto/fenômeno de estudo que não pode ser abordada por meio de números exclusivamente” (VILELA JÚNIOR; PASSOS, 2020, p. 20).

Nesse norte, importante se faz mencionar uma técnica bastante utilizada nas Ciências Sociais, que é a entrevista. Para Gil (2007), ela é uma maneira de interação social cujo objetivo é aquisição dos dados que são interessantes à investigação exatamente por sua flexibilidade, sendo concebida como técnica indispensável de investigação em várias áreas.

Cervo (2007, p. 51), menciona que “[...] a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Dessa forma, a entrevista garante uma interpretação a partir das respostas dadas pelos entrevistados. De acordo com Triviños (1987, p. 152), ela “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade”.

No entendimento de Oliveira *et al.* (2020),

Os pesquisadores, por meio da utilização da entrevista, buscam obter os dados objetivos e subjetivos necessários ao estudo. Os dados objetivos podem ser obtidos também, por meio do uso de fontes secundárias (censos, estatísticas e outros). Entretanto, os dados subjetivos, de maneira geral, só podem ser obtidos por meio do uso da entrevista, uma vez que tais dados se relacionam com os valores, às

atitudes e às opiniões das pessoas entrevistadas (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 04).

Juntamente à entrevista, o Grupo Focal é uma técnica qualitativa importante a ser apresentada neste estudo, visto que, segundo Gatti (2005, p. 9), ela tem como objetivo captar entre os participantes percepções os sentimentos e ideias, possibilitando a compreensão de diversos pontos de vista e processos emocionais, advindo do próprio contexto de interação criado.

Para Minayo (2009, p. 132), essa estratégia de coleta de dados pode e deve ser utilizada justamente por seu caráter dinâmico, posto que cada entrevista é parte relevante da pesquisa (por causa dos dados específicos que nela afloram), ressaltando-se que é esse conjunto de dados que encadeará as informações que o pesquisador lançará mão para compor a análise.

Isto posto, este estudo apresenta algumas concepções e características da pesquisa qualitativa, avalia a entrevista como parte dessa abordagem e, por fim, demonstra como a técnica de Grupo Focal é importante quando se pretende estudar um grupo de pessoas em seus contextos de ação.

2. A pesquisa qualitativa

A pesquisa científica é um processo que exige planejamento e tempo. Isso significa que não é uma atividade fácil e nem simples, por demandar um tratamento formal aliado ao pensamento reflexivo. Assim, nos ancoramos na fundamentação de Minayo (2009) ao asseverar que a pesquisa é uma atividade básica da Ciência tanto na sua indagação quanto na construção da realidade, visto que:

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2009, p. 17).

Dessa maneira, reitera-se a concepção da referida autora ao compreendermos a pesquisa como processo de produção de conhecimento e cuja função é interpretar a realidade vivida.

Na acepção de Gil (2007, p. 17), a pesquisa é o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são

propostos”. Tal como demonstrado pelo referido autor, a pesquisa realiza-se por algumas fases que abrangem desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Sendo assim, a pesquisa científica tem diferentes definições, classificações e vai depender dos objetivos que foram delineados pelo pesquisador, considerando-se também as características de cada área do conhecimento. Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser considerada qualitativa e quantitativa.

A esse respeito, Severino (2007) explica as diferenças que ocorrem quando se trata de pesquisa quantitativa ou qualitativa, ou ainda quando se fala de metodologia quantitativa e qualitativa:

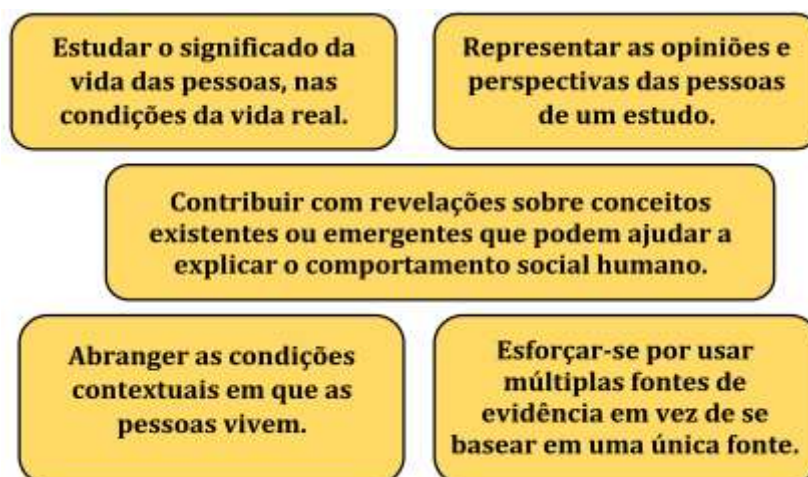
[...] apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois como essas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas (SEVERINO, 2007, p. 119).

Entrementes, Minayo (2009) reverbera que a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ainda na perspectiva de Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com o “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Isso significa que tal abordagem foca no caráter subjetivo do objeto estudado como uma maneira de interpretar a realidade social, deixando a quantificação de variáveis de lado.

Na abordagem qualitativa, conforme Oliveira *et al.* (2020),

[...] o pesquisador é parte integrante e ativa do processo de produção/elaboração do conhecimento, analisando e interpretando os dados obtidos, atribuindo-lhes um sentido contextualizado. O dado analisado não é hermético, cristalizado e neutro, possui sentidos e relações que os indivíduos criam a partir de suas próprias ações e reações sobre o tema estudado (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 02).

Para Yin (2016) a pesquisa qualitativa apresenta cinco características importantes. A Figura 1 apresenta essas características.

Figura 1 - características da pesquisa qualitativa.

Fonte: Autoria própria com fundamento em Yin (2016, p. 18).

Chizzotti (1998, p. 83), por sua vez, esclarece que “[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Isso porque o referido autor considera que [...] “o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado”.

No entendimento de Flick (2004), a pesquisa qualitativa evita números e lida com interpretações da realidade social, o que difere da pesquisa quantitativa, que prioriza números e modelos estatísticos.

Com base nesses enfoques teóricos, é válido afirmar que a abordagem qualitativa trabalha com as relações humanas, seus significados e intencionalidades. Isso contrapõe a ideia de dados quantitativos por não recorrer ao instrumental estatístico na análise das informações, o que requer uma verificação interpretativa por parte do investigador. Isso significa que o pesquisador é parte integrante do processo de produção do conhecimento.

Corroborando com essa assertiva, Triviños (1987) afirma que nesse tipo de pesquisa, comumente, segue-se um itinerário ao realizar um estudo. O pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que têm as características de ressaltar a implicação da pessoa que fornece a informação: entrevista

semiestruturada, aberta ou livre, questionário aberto, observação livre ou participante e método clínico de análise de conteúdo. Assim, é necessário adotar algumas técnicas e métodos específicos da pesquisa qualitativa, prioritariamente sobre uma base de uma orientação teórico-metodológica clara e bem definida anteriormente.

Nesta perspectiva, cabe ao pesquisador obter os dados que oferecerão base para alcançar os objetivos pretendidos para a pesquisa. Logo, a entrevista como fonte de informação é uma alternativa viável como instrumento de coleta dos dados em pesquisas científicas.

3. A entrevista na pesquisa qualitativa

No entendimento de Minayo (2009, p. 64), entrevista “[...] é uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Lakatos e Marconi (2002, p. 92) definem entrevista como “[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Gil (2007) explica que a condução da entrevista requer habilidade e cuidados por parte do entrevistador e que a mesma vai depender dos objetivos e circunstâncias que a envolvem. Com relação à preparação do roteiro de entrevista, esse mesmo autor assevera que vai depender do tipo de entrevista a ser adotado. Quanto ao contato inicial é recomendado, desde o início do estudo, a criação de uma atmosfera de simpatia e cordialidade, que deverá ser mantida até o final da entrevista.

Gil (2007) adverte que quando a resposta for incompleta ou obscura, cabe ao entrevistador utilizar alguma técnica que incentive o entrevistado a conceder uma resposta mais exata, mas deve-se atentar para não prejudicar a padronização. O autor aconselha também a “[...] registrar as respostas” no decorrer das entrevistas por meio de anotações ou gravador. Vale ressaltar, que a anotação traz o limite da memória humana que não proporciona a retenção da totalidade da informação, advindo daí a distorção dos elementos subjetivos. A entrevista deverá ser encerrada em clima de

cordialidade por questões técnicas e éticas.

No que concerne à sua estruturação, as entrevistas podem ser classificadas como: entrevista estruturada, semi-estruturada, a história de vida e a entrevista com grupos focais.

Gil (2007, p. 121) explica que a entrevista estruturada “[...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”.

Já na entrevista semi-estruturada, conforme Minayo (2009), há uma combinação de perguntas fechadas e abertas, no entanto, o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada.

Quanto à história de vida, Souza (2008) reconhece a abertura para aplicação de diversas fontes orais e escritas, podendo ser alguns documentos pessoais, a saber: cartas, diários, fotografias, autobiografias e objetos pessoais; assim como as entrevistas biográficas orais e escritas. Nesse ponto de vista, a história de vida valoriza as experiências pessoais e profissionais, levando em consideração a voz do sujeito e o conhecimento de si mesmo.

Chizzotti (1998) entende que a história de vida,

É um instrumento de pesquisa que valoriza a obtenção de informações contidas na vida de uma ou de várias pessoas e pode ter forma literária tradicional como memórias, crônicas ou relatos de homens ilustres que, por si mesmos ou por encomenda própria ou de terceiros, relatam os feitos vividos pela pessoa. As formas novas valorizam a oralidade, as vidas ocultas, o testemunho vivo das épocas ou períodos históricos. [...] pode ter a forma autobiográfica, onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto de sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer a fontes documentais para fundamentar as afirmações e relatos pessoais (CHIZZOTTI, 1998, p. 95).

4. A Técnica de Grupo Focal

Ainda que de forma sucinta, é interessante apresentar um breve histórico sobre o surgimento do Grupo Focal (GF), assim como sua estruturação como técnica qualitativa de pesquisa.

O Grupo Focal (GF) foi estruturado inicialmente como técnica de Marketing nos

anos de 1920, sendo utilizada em pesquisas sociais, objetivando conhecer o potencial de persuasão de propagandas durante a 2ª Guerra Mundial. Nessa perspectiva, é válido lembrar que o mesmo é uma técnica valiosa de pesquisa por ter um custo relativamente baixo, associado a um tempo rápido que contribuem para o uso da técnica de grupos focais nas pesquisas de marketing (IERVOLINO, PELICIONE, 2001; TRAD, 2005).

Os estudos de Gatti (2005) indicam que na década de 1970 tornou-se comum a utilização de grupos de discussão como fonte de informação na pesquisa em comunicação e que somente no início dos anos 1980 os grupos focais foram redescobertos e revitalizados para uso nos estudos científicos nas ciências humanas e sociais. Nesta perspectiva, Flick (2009) evidencia que a técnica de Grupo Focal passou por um tipo de renascimento.

Dentro desse panorama, de acordo com Gomez (2005), há uma polêmica instaurada no campo das ciências sociais entre os pesquisadores que utilizam e concebem o Grupo Focal de forma diferenciada:

Em áreas como a publicidade, marketing, saúde, planejamento e gestão, os grupos focais se configuram mais como um processo de entrevista coletiva em que os trabalhos são desenvolvidos de forma operativa, com a adoção de procedimentos estruturados, controlados por questões específicas e num tempo determinado (GOMEZ, 2005, p. 40).

Do ponto de vista desse autor, há áreas como sociologia, psicologia social, antropologia social e educação em que se privilegia o processo interacional. Ademais, o referido autor reconhece que cada vez mais a técnica de Grupo Focal tem ampliado seus propósitos, estando a cargo da criatividade do pesquisador.

Com base neste retrospecto inicial, verifica-se que muitas definições apareceram. Assim, é interessante ressaltar algumas concepções referentes aos grupos focais.

De acordo com Powell e Single, citado por Gatti (2005, p.7), Grupo Focal “[...] é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Barbour (2009) defende que o Grupo Focal é qualquer discussão realizada em grupo, desde que o pesquisador esteja atento, encorajando as interações do grupo. Do

ponto de vista dessa autora, os grupos focais são mais usados na fase exploratória da pesquisa.

Encontramos o termo “focal” nos estudos de Wenetz (2012), que não está relacionado a uma técnica individual, pois

Usa-se a expressão ‘focal’ porque as conversações são realizadas como uma atividade coletiva, como realizar uma tarefa, assistir um filme e depois debater sobre esse assunto com um conjunto específico de questões. Embora se possa confundir com entrevistas grupais, a ideia é um pouco mais ampla, no sentido de que os participantes expõem suas ideias e comentários (WENETZ, 2012, p. 55).

Souza (2020) traz um olhar interessante ao focar o Grupo Focal (GF) em pesquisas científicas e em vários tipos de intervenções, posto que:

[...] é muito utilizado em pesquisas científicas e em intervenções, especialmente em intervenções sociais, educativas, terapêuticas e motivacionais. É ferramenta de bom potencial para gerar dados que contribuam para ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida. É valorizado principalmente em estudos de abordagem predominantemente qualitativa (SOUZA, 2020, p. 2).

Gatti (2005, p. 13) nos lembra que uma das vantagens do Grupo Focal é que ele “[...] oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado. Ele se presta muito para a geração de teorizações exploratórias até mais do que a verificação ou teste de hipóteses prévias”. Nesse seguimento, a autora reforça que a riqueza que emerge na interação grupal, geralmente, “[...] extrapola em muito as ideias prévias, surpreende, coloca novas categorias e formas de entendimento, que dão suporte a inferências novas e proveitosas relacionadas com o problema em exame”.

Gatti (2005) destaca que o Grupo Focal, como técnica de pesquisa, tem sua própria constituição e desenvolvimento em razão do problema da mesma. Nesta perspectiva, é necessário que a problematização esteja clara, pois favorecerá o levantamento das questões relevantes e contextualizadas, assim como a elaboração de um roteiro preliminar de trabalho com o grupo. Esse guia deve ser usado com flexibilidade para que ajustes possam ser feitos no decorrer do trabalho. Isso significa que o próprio processo grupal deve ser flexível para não perder os objetivos da pesquisa.

Em sua pesquisa de dissertação, Nicaretta (2013) defende a relevância dos objetivos bem definidos e do roteiro bem planejado. Nesse sentido, chama atenção para a flexibilidade que se deve ter, pois pode aparecer pontos que não foram planejados anteriormente.

Quanto ao número de participantes, alguns autores apresentam sugestões importantes, é o caso de Flick (2009) que defende que o Grupo Focal compreenda de cinco a nove pessoas. Também sugere que o trabalho seja feito com pessoas estranhas ao invés de um grupo de amigos ou conhecidos, por exemplo, pois o nível de fatos pressupostos e que permanecem implícitos tende a ser maior nesse tipo de abordagem.

No entendimento de Gil (2007), o Grupo Focal deve ter no mínimo seis e no máximo dez participantes. A esse respeito, Gatti (2005) instrui sobre o número de participantes, que para ele deve ser, de preferência, entre 6 e 12 pessoas. Grupos maiores restringem a troca de ideias, o registro e o aprofundamento sobre a temática. Outra observação relevante indicada pela referida autora é de não se misturar pessoas que conhecem o moderador do grupo, ou pessoas que já se conhecem no mesmo grupo. Isso devido à formação de subgrupos de controle que podem centralizar ou coibir a discussão, o que dificulta a interação mais livre.

Outro ponto distintivo para Gatti (2005) é em relação ao convite e à motivação, que são etapas delicadas na criação do Grupo Focal, pois mesmo com a adesão dos participantes pode haver ausências de última hora. Em consonância com tal contexto, Nery (2006, p. 57) ajuda-nos a compreender que “[...] é importante determinar um número ideal de grupos, durante o planejamento da coleta, porém deve-se deixar disponível um número maior, caso seja necessário recompor os grupos por conta das ausências de alguns integrantes”.

Gatti (2005) sugere que o local dos encontros deve ser adequado para promover maior interação entre os participantes. A sugestão é de que a disposição das cadeiras seja em círculo ou em volta de uma mesa. Trad (2009) recomenda que para realização dos grupos, os espaços sejam neutros e de fácil acesso às pessoas. Assim como disponibilizar água, café e lanche para os participantes.

Com relação ao registro, Gatti (2005) faz sugestões de como proceder ao registro, podendo ser usado um ou dois relatores, sendo que a formação e a preparação

dos mesmos são importantes e no final da sessão a sugestão é de que se faça uma revisão das anotações. A autora ressalta ainda que a gravação em áudio é o mais usado para registrar o trabalho do Grupo Focal.

Trad (2009) ratifica o posicionamento de Gatti (2005) ao enfatizar os equipamentos para se registrar o trabalho com Grupo Focal, argumentando que:

Quanto aos equipamentos requeridos, o uso de gravadores (mínimo dois) é considerado imprescindível. Para potencializar a qualidade do áudio na fase de transcrição, a presença de microfones revela-se especialmente útil. Câmaras, microfones e notebooks podem ser considerados recursos adicionais, cujo uso dependerá da utilização pretendida de som e imagem pelos pesquisadores. Vale ressaltar que a utilização de qualquer um destes recursos estará condicionada à expressa permissão dos participantes dos grupos. Este e outros aspectos, que serão discutidos mais adiante, integram os requisitos éticos no manuseio do GF (TRAD, 2009, p. 782).

Em relação ao papel do moderador na condução do Grupo Focal, é necessário que este tenha respeito ao princípio da não diretividade, e também deve ter cuidado para que a comunicação se desenvolva sem ingerências, tais como opiniões particulares, formas de intervenções diretas ou conclusões. Logo, o moderador deverá fazer encaminhamentos referentes ao tema, intervenções que favoreçam as trocas, bem como estar atento aos objetivos de trabalho do grupo. Ressalta, ainda, que é imprescindível experiência e flexibilidade que propiciem condições favoráveis à participação dos integrantes do grupo (GATTI, 2005).

Em sua tese, Nery (2006, p. 56) afirma que “[...] o moderador deve ter uma postura de facilitador perante o grupo, promovendo uma interação entre os participantes”. No entendimento de Flick (2009), o moderador deverá garantir a participação de todos, evitando favorecimentos a determinados participantes. Além disso, o moderador deve evitar expressar opinião pessoal para não influenciar a opinião dos participantes.

Gatti (2005) aborda sobre o tempo de duração dos encontros e o número de sessões a serem realizadas, ressaltando que o ideal é que estas deverão ser de uma hora e meia a três horas, pois geralmente duas sessões são suficientes. Gatti também salienta a importância da abertura dos encontros e que para a realização dos mesmos deve-se criar uma atmosfera agradável e fornecer informações para que os participantes tenham ciência da duração e da rotina da reunião. Neste ínterim, deve-se

ênfatisar o sigilo dos registros e dos nomes dos participantes.

5. Concluindo

A tônica deste estudo circundou as concepções e características da pesquisa científica, bem como as diferenças e especificidades entre a pesquisa quantitativa e qualitativa. Tratou-se também da técnica da entrevista sob o prisma de alguns teóricos metodológicos.

De forma mais específica, abordou-se a técnica de entrevista de Grupo Focal, ênfatisando a sua definição, sua organização e o seu desenvolvimento. Essa técnica tem sido muito utilizada em pesquisas sociais e humanas, pois em pouco tempo e com baixo custo pode-se investigar questões complexas, entendê-las detalhadamente, e a partir disso, buscar a produção de novos conhecimentos.

Pelo exposto, no decorrer deste artigo, pode-se asseverar que Grupo Focal (GF) é uma técnica de investigação cujo objetivo é obter informações provenientes da interação entre os participantes de um determinado grupo, e cujo tema é de interesse do pesquisador e este deve respeitar o princípio da não diretividade.

Referências

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Person Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GOMES, S. R. Grupo Focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, SP, v. 4, Educação, p. 39-45, 2005.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONE, M. C. A utilização do Grupo Focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, SP, v.35, n.2, p. 115-21, jun. 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

LEFEHL, N. A. S.; BARROS, A. J. P. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NERY, A. A. **Necessidade de saúde na estratégia de saúde da família, no município de Jequié-BA**: em busca de uma tradução. 2006. 133f. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Enfermagem Materno-Infantil da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2006.

NICARETTA, E. I. **Problematizando Educação, Matemática (s) e tecnologias numa prática pedagógica no Ensino Fundamental**. 2013. 149f. Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS, 2013.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007.

SOUZA, L. K. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **PSI UNISC**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 52-66, jan. 2020.

SOUZA, M. C. C. C. **A escola e a memória**. Bragança Paulista, SP: IFANCDAPH. Editora da Universidade de São Francisco. EDUSEF, 2008.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VILELA JUNIOR, G. B.; PASSOS, R. P. (orgs.). **Metodologia da pesquisa científica e bases epistemológicas**. Campinas, SP: CPAQV, 2020.

WENETZ, I. **Presentes na escola e ausentes na rua. Brincadeiras de crianças**

marcadas pelo gênero e pela sexualidade. 2012. 229f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, RS, 2012.

YIN. R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

CAPITULO IV



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTÓRIA ORAL NA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

Anny Carolina de Oliveir
Guilherme Saramago de Oliveira
Avani Maria de Campos Corrêa

A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas (THOMPSON, 1992, p. 337).

1. Ideias iniciais

A existência (ou não) da dicotomia entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa tem sido foco de muitos estudos e discussões ao longo das últimas décadas por pesquisadores do tema. Diferentes argumentos são utilizados de forma a comparar tais métodos como se fossem termos e práticas totalmente opostas entre si, quando na verdade, possuem utilizações para diferentes contextos em que se vai desenvolver a pesquisa. Sobre esta discussão de oposição entre os dois métodos de pesquisa, Flick (2004, p. 278) cita Wilson (1982) ao apontar que “[...] as abordagens qualitativas e quantitativas são métodos complementares, em vez de competitivos, e o emprego de

um método particular [...] deve basear-se sim, na natureza do problema real de pesquisa que se tem em mãos”.

Partindo-se de tais apontamentos faz-se necessário discorrer de maneira mais aprofundada a respeito das duas metodologias de pesquisa em questão. Entende-se por metodologia como sendo o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2009). Dessa forma, a metodologia não é algo pontual, único, mas refere-se a um conjunto de pontos que necessitam de delineamento por parte do pesquisador, como a teoria da abordagem, os instrumentos utilizados para operacionalizar o conhecimento, além ainda da experiência do indivíduo que encaminhará a realização da pesquisa. Mas, de forma direta, o que seria entendido por pesquisa? De acordo ainda com Minayo (2009) pesquisa é uma ação básica da ciência que se utiliza de indagação e ação, concomitantemente, ou seja, ainda que seja dada como uma prática baseada nos processos teóricos tem como característica relacionar dois outros processos, um mais introspectivo (o pensamento) e um mais extrospectivo (a ação).

Fundamentados por esses pontos, faz-se valer uma diferenciação de que consistem os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos, não a fim de vê-los como opostos, mas sim de compreender as suas vantagens, desvantagens e limitações. Conhecer melhor as características das pesquisas qualitativas e quantitativas auxiliam no processo de escolha por um deles, ou por ambos.

Creswell (2007) em sua obra “Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto”, destina dois capítulos a aprofundar as características desses dois métodos de pesquisa, evidenciando as etapas, a delimitação do problema, instrumentos de coleta de dados e modos de análise.

Ao discorrer sobre a pesquisa quantitativa, o autor a subdivide em duas formas: a pesquisa de levantamento e a pesquisa que tem como cunho um procedimento experimental. A respeito do levantamento, o autor enumera alguns passos para que esta seja realizada, sendo eles: *i*) o projeto de levantamento em si (apresenta ao leitor o objetivo geral e os motivos para a realização da pesquisa); *ii*) a população e a amostra envolvida no estudo; *iii*) a instrumentação (quais são os instrumentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa?); *iv*) as variáveis do estudo e *v*) a análise de dados (de que maneira os dados foram/serão analisados?).

Em contrapartida, já sobre o procedimento experimental, Creswell (2007) elenca as etapas de sua realização como *i)* a identificação de quem são os participantes do estudo; *ii)* as variáveis envolvidas; *iii)* os instrumentos e *iv)* os materiais utilizados. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que esse tipo inclui ainda um projeto pré-experimental.

Já a respeito da pesquisa qualitativa, o autor relata a importância do papel do pesquisador e de como ele está diretamente ligado à pesquisa e aos resultados alcançados, uma vez que a metodologia de pesquisa qualitativa reside fortemente na interpretação (e, por isso, na subjetividade) dos processos/sujeitos pesquisados. Segundo o autor, ainda que alguns processos se assemelhem bastante com passos da pesquisa quantitativa, um grande diferencial é a forma como são investigados os problemas, tendo em vista que os procedimentos qualitativos se baseiam em análises de textos e imagens (CRESWELL, 2007).

Os passos da metodologia qualitativa podem ser entendidos como: *i)* o procedimento de coleta de dados (que podem ser observações, entrevistas, análise de documentos ou material de áudio e visual), *ii)* procedimentos de registro de dados (protocolo observacional, de entrevista, notas manuscritas para áudio e vídeo ou documentos), *iii)* processos de análises dos dados que vai além da análise em si, mas envolve também todo o trabalho de preparar o material para que possa ser analisado até chegar na minuciosa etapa de análise em si; *iv)* validação e resultados (que pode ocorrer com a leitura por uma pessoa externa, alheia ao processo de coleta e análise de dados) e, por fim, *v)* a organização de como se dará a discussão desses resultados e, nessa etapa, o autor elenca as características da narrativa qualitativa.

A diferenciação entre alguns pontos desses dois tipos de metodologias de pesquisa são cruciais para o seu entendimento. Se pensarmos a respeito da origem da pesquisa qualitativa em educação, voltaremos à América Latina, por volta da década de 70. Trivínos (1987) faz um percurso cronológico evidenciando o surgimento da pesquisa qualitativa, discutindo seus amparos sobre os enfoques fenomenológicos e marxistas. É consenso na comunidade científica de que a pesquisa qualitativa foi alicerçada primeiramente no campo da Antropologia, depois utilizada pelos sociólogos e só então, destrinchou no âmbito educacional. Pela antropologia, o método qualitativo ficou conhecido como estudo etnográfico que tinha como fundamento o estudo,

conhecimento e imersão em diferentes culturas.

A esse respeito, o autor pontua a importância de que “[...] entender a etnografia como o ‘estudo da cultura’ desenvolve para o enfoque etnográfico dois conjuntos de pressupostos sobre o comportamento humano de extraordinária relevância para a investigação em educação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 122). Vem daí a ideia de contexto, termo amplamente utilizado nas discussões acerca da educação. Os dois pressupostos mencionados pelo autor são os pressupostos ecológico-naturalistas (discorrem sobre a influência do ambiente para os autores) e pressupostos fenomenológico - qualitativos (ressalta a ideia de que o “comportamento humano, muitas vezes, tem mais significados do que os fatos pelos quais ele se manifesta”).

A respeito da fenomenologia na pesquisa qualitativa, tendo como foco a pesquisa educacional, Trivinos (1987) explicita que o seu fenômeno de interesse são os fenômenos educacionais, ou seja, fenômenos sociais. Para tanto, o autor elenca as categorias de que um fenômeno social é constituído, sendo *i)* os atos, *ii)* as atividades, *iii)* os significados, *iv)* a participação, *v)* a relação e *vi)* as situações. Por fim, o autor traz as cinco características propostas por Bogdan para a pesquisa qualitativa: 1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Já Minayo (2009, p. 21) ao discorrer sobre a pesquisa qualitativa, evidencia que ela possui um campo de atuação com questões muito particulares, em que há um nível de realidade que não possa ser quantificado, uma vez que “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Além disso, propõe ainda o que chama de Ciclo de Pesquisa, em que enumera as etapas da pesquisa qualitativa em *i)* fase exploratória, *ii)* trabalho de campo e *iii)* análise e tratamento do material empírico e documental.

Numa pesquisa de abordagem qualitativa, no entendimento de Oliveira *et al.* (2020), o conhecimento produzido não decorre de uma análise puramente descritiva ou explicativa dos dados, pensados de forma isolada e hermética, mas de uma

interpretação contextualizada, reflexiva, realizada pelo pesquisador conforme os dados obtidos pelos instrumentos de coleta utilizados e pelos conhecimentos anteriormente produzidos.

Dentre tantas modalidades de pesquisa qualitativa, a história oral tem sido amplamente utilizada para que inúmeras pesquisas sejam encaminhadas nas mais diferentes áreas de produção e sistematização do conhecimento, como na Educação Matemática (GARNICA, 2015, 2010), nas Ciências Humanas (GOMES; SANTANA, 2010) e no campo da Saúde (LEISTER; RIESCO, 2013; VISENTIN; LENARDT, 2010), a fim de ampliar as vozes e dar espaço de fala para sujeitos que na maioria das vezes (ou em todas elas) são colocados à margem das produções acadêmicas. Por mais que a História Oral tenha ganhado cada vez mais espaço nos ambientes acadêmicos e nas pesquisas desenvolvidas por seus sujeitos, ainda se faz necessária a realização de mais estudos que possam não só dar visibilidade às pesquisas que a utilizam como metodologia ou técnica de pesquisa, mas também auxilie a clarificar para os leitores e leitoras, a melhor conceituação e origem desta abordagem.

2. Alicerces da História Oral

Os primeiros registros da cronologia da História Oral versam sobre a sua repulsa pelos historiadores, ainda no século XVII sendo que, após um longo período de dormência, esta ressurgiu no início do século XX, mais precisamente nos anos de 1920, em Chicago, quando pesquisadores do campo da história voltaram a utilizar essa modalidade em seus cursos e instituições. Com a invenção do gravador portátil, já em 1950, a História Oral teve maior número de adeptos, sendo que os Estados Unidos foi onde a prática ganhou mais força inicialmente. Matos e Senna (2011) apontam que, na Itália, a História Oral foi se difundir só no final da década de 1960, quando a cultura popular foi objetivo de pesquisa dos antropólogos De Martino e Bosio e do sociólogo Ferrauti. Esses são os primeiros documentos em que pesquisadores empregaram a fonte oral não como algo que trazia a complementaridade, mas sim, como uma nova versão aos fatos narrados.

A História Oral e o contexto democrático que ela representa é um desafio, ainda mais quando se pensa na questão de sua instalação em países latino-americanos, como o Brasil, que sofreram ditaduras militares. Nesses lugares, a aceitação da História Oral

está intimamente relacionada ao processo de redemocratização (FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000). A trajetória da História Oral no Brasil começou quando bibliotecônomos e cientistas sociais se organizaram a fim de criarem melhores condições estruturais para a pesquisa no campo de Ciências Sociais. Quando anos mais tarde esses profissionais começaram a receber apoio de instituições de fomento, a História Oral passou a despontar entre pesquisadores e desde então novos grupos de pesquisa começaram a surgir. Em 1975 houve então o primeiro curso de pós-graduação em História Oral, fomentado pela parceria estabelecida entre a Fundação Ford e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Matos e Senna (2011) apontam que memória e imaginação possuem a mesma origem e que, por esse motivo, a ação de *lembrar* e de *inventar* são bastante próximas. Balizando seus apontamentos nos referenciais da mitologia grega, as autoras descrevem que

Le Goff nos lembra que os gregos antigos fizeram da Memória uma deusa (*Mnemosine*), mãe de nove musas inspiradoras das chamadas artes liberais, ente elas a história (*Clio*), a dança (*Terpsícore*), a astronomia (*Urânia*) e a eloquência (*Calíope*). Com base nessa construção, vemos que a história é filha da memória e irmã das musas guardiãs da poesia e dos poetas, responsáveis, no mundo antigo, por eternizar a idade das origens, resignificando-a (MATOS; SENNA, 2011, p. 96).

Por isso, a memória é entendida atualmente como uma ação em que o passado é reconstruído, uma vez que relembra-lo e sistematizá-lo através do processo de escrita é algo consciente, através de um processo reflexivo sobre acontecimentos experienciados.

Já Meihy (2005) afirma que conceituar a História Oral é uma tarefa complexa tendo em vista que esta sofreu/sofre interferências devido a diversidade de produtos oriundos do desenvolvimento científico e tecnológico que podem ser utilizados na fase de entrevistas (discutidas à posteriori), além de que é uma metodologia dinâmica, impossibilitando então que seja estabelecida uma única definição. De forma geral, o autor aponta que a História Oral “[...] é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento, e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e também reconhecida como

‘história viva’” (MEIHY, 2005, p. 17). Já para Moreira e colaboradores (2014), a História Oral é entendida como

[...] uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito como a sociologia e antropologia, a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar do trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a história oral é por definição impossível sem ele (MOREIRA *et. al*, 2014, p. 250).

Dessa forma, entende-se que a História Oral é uma maneira de registrar as experiências de vida de pessoas (ou grupos) a fim de preencher lacunas existentes tendo em vista que a formalização e documentação de fatos e acontecimentos são majoritariamente realizados por pessoas que possuem o mesmo ponto de vista ou que representa(va)m exatamente sempre o mesmo grupo de pessoas.

Nesse sentido, Meihy (2005, p. 38) aponta que, no Brasil, a ideia do “politicamente correto” está intimamente ligada a um sentido errôneo de nivelamento sócio-cultural. Dessa forma, grupos importantes são marginalizados (no sentido de serem colocados *à margem*) da produção científico-cultural. É nessa situação que “[...] a História Oral dimensiona o papel das minorias analfabetas, silenciadas, das empregadas domésticas, dos pobres, dos homossexuais, dos exilados, dos anônimos e de tantos grupos ‘marginais’ ou ‘marginalizados’”, uma vez que por meio dessa modalidade de pesquisa esses grupos que anteriormente eram abafados, agora começam a ter possibilidade de reconto de narrativas vivenciadas. É nesse contexto que Castelo Branco (2020, p. 09) aponta que “[...] a possibilidade de incluir, no processo de produção de conhecimento, relatos de fontes normalmente esquecidas, ignoradas ou negligenciadas pela história oficial e por levantamentos tradicionais que se orientam a partir de registros escritos” seja uma das grandes vantagens da utilização da História Oral, tendo em vista que é oportunizada uma ampliação das fontes trabalhadas nos registros.

Ainda que no início da utilização da História Oral muitas discussões tenham sido encaminhadas devido às divergências do entendimento dessa abordagem como método, técnica ou teoria, atualmente os estudiosos do tema já estabeleceram um consenso, classificando-a como uma metodologia de pesquisa, tendo em vista que é através desse

método que se é possível construir as fontes para o estudo da história contemporânea vivenciada a partir da segunda metade do século XX, graças à invenção do gravador à fita (SILVEIRA, 2011).

A aceitação da utilização da História Oral como metodologia de pesquisa já foi muito discutida tendo em vista que, por ser uma técnica que foca em narrativas pessoais, era vista com fragilidade devido a sua subjetividade. Isso porque ao narrarmos acontecimentos, é usual que filtremos nossas lembranças, de modo a evidenciar ou a esconder aquilo que seja entendido como significativo. Thompson (1992) aponta que nenhuma fonte está totalmente isenta de subjetividade, independente da modalidade (escrita, oral ou visual), de forma que podem ser insuficientes ou até mesmo manipuladas. Dessa forma, aponta que

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos? (THOMPSON, 1992, p. 197).

Atualmente, entende-se a importância dessa modalidade de pesquisa, uma vez que “[...] a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos” (MATOS; SENNA, 2011, p. 96). É nesse sentido, que a fonte oral não é apenas uma memória particular do sujeito entrevistado, mas sim, é a lembrança de um indivíduo inserido em um contexto social, que vivenciou fatos, acontecimentos que marcaram sua trajetória.

Meihy (2005) salienta que a História Oral pode-se ser encaminhada através de três modalidades distintas de narrativas, a saber: *i)* de celebração e homenagem (com o intuito de promover o reconhecimento de um indivíduo), *ii)* de esclarecimento, explicação ou confissão (uma vez que a documentação escrita a que se tem acesso não expressam com nitidez as informações sobre pessoas, acontecimentos e temas) e *iii)* de acusação e contestação. Ainda que existam essas três modalidades as quais a História Oral pode ser dividida é interessante primeiro ter noções sólidas do que pode ser classificado (ou não) como História Oral.

3. O que é e o que não é História Oral?

É importante ter em mente que nem tudo que é expresso através da oralidade é tido como História Oral. Alguns exemplos em que isso pode ser ilustrado é que cartas, discursos políticos e declamações de poesias não são entendidas como História Oral. Nesse sentido, é preciso diferenciar termos importantes para essa discussão como História Oral, Oralidade e Fontes Oraís. De acordo com o Dicionário Aurélio Online o significado do termo *oralidade* refere-se à “característica ou condição do que é oral, do que é falado. [Linguística] Procedimento que só se faz verbalmente; em oposição ao escrito”. Em contrapartida, as fontes orais são definidas como “[...] diversas manifestações sonoras, gravadas, decorrentes da voz humana e que se destinam a algum tipo de registro passível de arquivamento ou de estudos” (MEIHY, 2005, p. 21). Dessa forma, as fontes orais são passos seguintes dos documentos orais, que nada mais são do que qualquer recurso utilizado para registrar e arquivar as manifestações da oralidade.

Ante ao exposto, cabe-se dizer então que a História Oral é um procedimento que ocorre diante de muito planejamento e programação, tendo em vista que é resultante de entrevistas devidamente apontadas e indicadas em projetos, como os de pesquisa, que tem o intuito de alcançar objetivos específicos.

4. O caminho metodológico da História Oral

De acordo com Meihy (2005) as etapas existentes na pesquisa realizada balizada pela História Oral podem ser divididas em quatro fases, a saber, *i*) elaboração do projeto, *ii*) gravação; *iii*) confecção do documento escrito e *iv*) eventual análise. Na maioria das vezes, pode-se surgir uma quinta etapa, chamada de devolução do produto.

A etapa de elaboração do projeto é necessária, pois é nesse momento em que é definido pontos importantes, como decidir se o objetivo do projeto é realizar a criação de um banco de dados ou de uma pesquisa. Isso é importante, pois é a partir dessa informação que os passos seguintes serão norteados. Se a ideia é construir um banco de dados, é preciso pensar se haverá a transcrição literal da entrevista realizada ou se haverá as chamadas “transcrições”. No caso do banco de dados, o documento será a própria fita (ou o material onde a entrevista será registrada) mas se a ideia é a realização de uma pesquisa, a entrevista será transcrita e o documento é o próprio

texto escrito.

A segunda etapa é destinada ao instante da gravação da entrevista. É importante que o entrevistador compreenda a importância dessa etapa, pois é através dela que o processo inicial se materializa. O terceiro momento, a confecção do documento escrito, segue a decisão tomada ao planejar o projeto, em que o entrevistador faz a transcrição literal da narrativa do entrevistado ou se emprega a transcrição. A análise do documento oriundo da entrevista é a quarta etapa da pesquisa com História Oral. Sobre esta fase, Meihy (2005) aponta que

[...] pode ou não fazer parte do projeto. Há grupos que só aceitam a história oral quando esta se mostra, depois de escrita, analisada. Este posicionamento, contudo, exige a realização das etapas anteriores. Quando fizer parte do projeto, recomenda-se levar a análise a cabo só depois de todo o processo de transcrição e estabelecimento final do texto. Outros, contrariamente, entendem que a produção do texto escrito e o exame da entrevista podem ou não ocorrer, não sendo raros os que consideram que só a confecção do documento é tarefa suficiente para cumprir os ideais da história oral (MEIHY, 2005, p. 108).

Por fim, a quinta etapa se destina à finalização do projeto, que ocorre com o retorno à comunidade que motivou sua realização por parte do entrevistador. É este retorno que é visto como compromisso da História Oral uma vez que, ao assegurar a formulação de políticas públicas, deve-se ter esse retorno garantido.

A dependência dos recursos eletrônicos é um dos pontos positivos da História Oral. Isso se deve ao fato de que gravadores mais modernos, computadores e softwares, têm contribuído bastante nas diversas etapas que compõem o procedimento, como para a coleta de dados, transcrição de textos e arquivamento dos documentos, sendo que a modernidade da História Oral é vista com grande utilização dos aparatos tecnológicos. No entanto, ainda que os dispositivos tecnológicos contribuam bastante na técnica é importante ressaltar que “[...] o que deve ficar claro, porém, é que a história oral não se faz sem a participação humana direta, sem o contato pessoal. A eletrônica, por mais importante que seja, é um meio, jamais um fim” (MEIHY, 2005, p. 33).

As entrevistas estabelecidas entre pesquisador e sujeito entrevistado na técnica da História Oral são amplamente discutidas (ALBERTI, 2005; MAIA, 2005; MOURA; ROCHA, 2017) evidenciando não só as narrativas dos sujeitos entrevistados, mas também a fim de se apresentar o processo da entrevista propriamente dita, desde seu

planejamento até seu momento posterior. A respeito desse momento específico da entrevista, Meihy (2005) aponta que ele implica uma série de fatores que precisam ser estabelecidos previamente pelo entrevistador, como se terão estímulos ou se o entrevistador não fará qualquer tipo de interferência, se acontecerá em um único momento ou se será retomada com certa frequência, a forma utilizada para a gravação da narrativa do entrevistado, bem como o tempo destinado a elas, o espaço em que eles ocorrerão, dentre tantas outras questões que precisam ser muito bem esquematizadas.

Além de todos esses pontos destacados, Meihy (2005) aponta um fator decisivo na qualidade do projeto explicitado como “quem entrevista quem”. Segundo o autor, algumas relações estabelecidas entre entrevistador e sujeito entrevistado podem acabar interferindo na qualidade da narrativa. Por exemplo, é preciso avaliar previamente se para a questão abordada um homem entrevistar uma mulher (ou o contrário) pode causar algum desconforto para o entrevistado, ou ainda se as idades devem (ou não) se equivaler. Outro apontamento é posto por Meihy (2005, p. 111) ao lembrar que “[...] no caso de situações étnicas, por exemplo, que consequências teria o fato de um branco entrevistar um negro sobre suas circunstâncias raciais?”.

Thompson (1992, p. 254) afirma que “[...] ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade”, isso porque existem inúmeros estilos de se entrevistar – desde uma conversa amigável até a maneira mais formal e controlada de se questionar – e é com a experiência que o entrevistador conseguirá passear entre todos esses estilos a fim de se identificar e utilizar o melhor método possível para uma determinada situação.

Algumas qualidades são intrínsecas ao bom entrevistador como demonstrar interesse e respeito pelos demais, além de flexibilidade nas reações; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião do entrevistado e, talvez o mais importante, ter disposição para saber escutar, pois a narrativa de interesse é a do entrevistado e não do entrevistador. Sobre este último ponto, Thompson (1992, p. 254) afirma que “[...] quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas”. Diversos pontos são delineados pelo autor a fim de que a entrevista seja entendida pelo pesquisador como um momento de importância extrema e que, a forma como ele age nela e também após ela, influencia totalmente nas narrativas obtidas.

Silveira (2011) realiza alguns apontamentos que são bastante válidos para orientar o pesquisador na etapa de realização das entrevistas. Dentre as alegações, o autor chama a atenção para o fato de que é importante que o entrevistador tenha clareza de que não existe a possibilidade de neutralidade no processo desde a escolha da entrevista até qualquer outro instrumento de coleta de dados ou fontes. Além disso, é preciso que tenha ciência de que não existe nenhum método ou técnica que seja capaz de captar integralmente o problema em estudo, como também saber que as conclusões são provisórias e por isso, passíveis de aprofundamentos e revisões por parte de outros pesquisadores. Sobre a entrevista o autor complementa ainda que é parte integrativa de um objeto de estudo mais amplo e não apenas uma técnica de coleta de dados.

O tempo destinado à entrevista também é uma questão comentada por Silveira (2011) ao lembrar que é necessário ter um período relativamente longo para esta ação e que ela deve ser acompanhada por um diário de campo, para que o entrevistador anote reações que gravadores de som, por exemplo, não podem captar. Outra sugestão indicada é que o entrevistador vá ao encontro munido de elementos que auxiliem na construção da narrativa do entrevistado, como fotografias, recortes de jornais e fatos específicos encontrados por ele nos estudos que antecederam a etapa da entrevista. A organização de fichas é sugerida também como forma de se orientar o acervo. Nessas fichas alguns dados são indispensáveis como nome, idade, profissão e religião do entrevistado, local e data em que a entrevista foi realizada, por exemplo são informações importantes.

Por último, mas não menos importante, assim como em tantas outras modalidades de pesquisa, se faz necessário a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de que o entrevistado esteja ciente de alguns pontos (como finalidade da pesquisa, se a pesquisa oferece riscos ao informante, se há a permissão (ou não) para divulgação da identidade do entrevistado) bem como para a segurança do entrevistador.

5. Estilos de Pesquisa Oral

Na utilização da História Oral como modalidade de pesquisa, são observados que os planos de ação podem ter quatro estruturas que se diferenciam entre si, uma vez

que possuem particularidades quanto à forma em que cada uma se desenvolve. Maiores detalhes são evidenciados de acordo com as informações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Particularidades dos quatro estilos estabelecidos para a realização da pesquisa no âmbito da História Oral, segundo Matos e Senna (2001).

ESTILO	OBJETIVO	AÇÃO
Arquivo	Apoio ao trabalho futuro de historiadores.	Recolher testemunhos orais, criar, organizar e arquivar esse tipo de material elaborado.
Difusor Populista	Promover a divulgação da história através de outras fontes que não as oficiais.	Construção de acervos orais, sem promover aprofundamento dos conhecimentos sistematizados.
Reducionista	Utilização da evidência oral apenas como complemento.	Utilização dos registros orais apenas como segundo plano, não assumindo centralidade no discurso do pesquisador.
Analista completo	Completa utilização da História Oral	História Oral como método particular possível de estabelecer relações entre os indivíduos entrevistador-entrevista, com maior qualidade e riqueza de detalhes.

Fonte: Autoria própria com fundamento em Matos e Senna (2011).

Já Meihy (2002) pontua a História Oral diferenciando-a a partir de três tipos, a saber *i)* História Oral de Vida; *ii)* História Oral temática e *iii)* Tradição Oral. Para o autor, A História Oral de Vida possibilita que o entrevistado tenha maior liberdade para desvelar ao entrevistador suas experiências pessoais, de forma que a narrativa é organizada de acordo com a maneira que ele mesmo se sinta o mais confortável possível. Assim, é um processo reflexivo estabelecido pelo entrevistado, a respeito da sua própria trajetória de vida. Castelo Branco (2020) aponta a importância de realizar apontamentos a fim de evidenciar as diferenças entre a História Oral de Vida da biografia e da autobiografia uma vez que “na primeira, são ressaltados aspectos marcantes da existência de um indivíduo sobre quem se decidiu escrever e, no segundo caso, não há sequer a presença e atuação do pesquisador como participantes necessário do processo” (p. 12).

A História Oral Temática tem o objetivo de realizar o levantamento da narrativa

de um entrevistado sobre o seu entendimento e suas reflexões a respeito de um determinado evento ocorrido. Vale ressaltar que, por se interessar sobre um acontecimento preestabelecido, não quer dizer que as vivências do entrevistado não aparecerão durante os seus relatos, mas sim isso acontecerá à medida que o acontecimento em estudo se relaciona, interfere e influencia nas memórias do sujeito que constrói a narrativa ao entrevistador. Por fim, a Tradição Oral tem o objetivo de buscar a visão de mundo de comunidades que possuem valores específicos e tradições próprias ligadas à cultura de seus povos. Maiores informações sobre os três tipos de História Oral propostos são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Particularidades dos três tipos de História Oral propostos por Castelo Branco (2020).

História Oral de Vida	História Oral Temática	Tradição Oral
<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito primordial: depoente (narrador). - Valorização do relato ou da versão apresentada pelo narrador. - A entrevista é realizada com base em tópicos ou perguntas amplas, de forma a permitir a abordagem de experiências pessoais do entrevistado, segundo a sua vontade. - O pesquisador/entrevistador não contesta a narrativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação do pesquisador/entrevistador é mais explícita e fica evidenciada na pesquisa. - O pesquisador tem um papel ativo, inclusive sendo a ele possibilitada a contestação. - A entrevista é utilizada pelo pesquisador mais como um documento para a busca de esclarecimentos acerca de uma temática central, previamente selecionada. - Centra-se em um assunto específico e preestabelecido, objetivando-se narrativa do entrevistado vinculada a esse acontecimento. - Detalhes da vida pessoal do narrador adquirem interesse apenas se vinculados à temática central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem como ênfase a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto. - Perpassa questões que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional. - A narrativa do entrevistado adquire caráter mais coletivo que individual. - A entrevista deve ser realizada com pessoas que sejam depositárias das tradições de tribos, comunidades, clãs ou outros grupos.

Fonte: Castelo Branco (2020).

Ainda que diversos tipos da modalidade de História Oral possam ser utilizados, todos eles têm em comum a necessidade e o objetivo de evidenciar outros lados de

vivências e acontecimentos históricos através das narrativas dos sujeitos entrevistados.

6. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo realizar um levantamento de grandes estudos já encontrados na literatura que versam sobre a modalidade de pesquisa da História Oral, não tendo como intuito promover novas discussões sobre a sua utilização (ou não), mas sim de demonstrar que já existem grandes relatos que evidenciam o caráter significativo e necessário da História Oral, a fim de ecoar a voz de grupos que nem sempre são representados.

A História Oral apesar de já ter sido alvo de grandes questionamentos sobre sua utilização na produção e sistematização do conhecimento científico-acadêmico, hoje já é vista como metodologia que possui um amplo potencial. Esta modalidade de pesquisa de caráter multidisciplinar, tem conquistado no Brasil – mesmo com uma relativa demora para começar a ser difundida e utilizada – inúmeros defensores, que a colocam como uma importante vertente de pesquisa, ainda mais ao se pensar na pluralidade e no multiculturalismo que nosso país apresenta. A História Oral tem possibilitado que grupos até então pouco (ou nada) representados, como índios, negros, LGBTQIAP+, comecem a ser cada vez mais inseridos como sujeitos partícipes das produções e pesquisas, através de suas narrativas. É através da História Oral, como método e atividade de campo, que a trajetória dos indivíduos e grupos marginalizados começa a serem ouvidos, além de evidenciar as particularidades de grupos específicos da sociedade, mostrando histórias que merecem e precisam ser ouvidas e, mais do que isso, respeitadas.

Obviamente, ainda há um longo caminho a ser percorrido na difusão e utilização da História Oral como modalidade de pesquisa, a fim de ampliar cada vez mais as discussões sobre pontos delicados e que levam a visualizarem a prática com demérito, por exemplo, na questão da subjetividade, também abordada neste presente texto.

Referências

ALBERTI, V. Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC. **VI Congresso de Arquivologia do Mercosul**, p. 1-11, 2005.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, v. 16, p. 7–24, 2004.

CASTELO BRANCO, S. História Oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, p. 8–27, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2000.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

GARNICA, A. História oral em educação matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. **História Oral**, v. 18, n. 2, p. 35–53–53, 2015.

GARNICA, A. V. M. Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, p. 29–42, 2010.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, p. 1–18, 2010.

LEISTER, N.; RIESCO, M. L. G. Assistência ao parto: História oral de mulheres que deram à luz nas décadas de 1940 a 1980. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 166–174, 2013.

MAIA, M. R. A História Oral como recurso metodológico na entrevista jornalística. **Contracampo**, p. 137–150, 2005.

MATOS, J.; SENNA, A. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual De Historia Oral**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, A.; BARBOSA, L. M. A.; DA CUNHA, S. C. História oral como método de pesquisa: possibilidades para a pesquisa em Enfermagem. **Enfermagem Brasil**, v. 13, n. 4, p. 249, 2014.

MOURA, F. A.; ROCHA, L. L. F. Memória e história : entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, v. 12, n. 2, p. 161–175, 2017.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma

técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

SILVEIRA, É. S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, 2011.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VISENTIN, A.; LENARDT, M. H. O itinerário terapêutico: história oral de idosos com câncer. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 4, p. 486-492, 2010.

CAPITULO V



PRINCÍPIOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

Michele Maria da Silva
Guilherme Saramago de Oliveira
Glênio Oliveira da Silva

Os “dados de gente” são obtidos em campo ou em laboratório, ou seja, no local onde os fenômenos ocorrem, espontaneamente ou de forma controlada. Já os “dados de papel” (que hoje podem assumir outras formas [...]) podem ser obtidos nos mais diversos locais, sendo que o mais importante é a biblioteca (GIL, 2008, p. 75).

1. Ideias iniciais

A produção e a sistematização do conhecimento é um passo importante para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano de uma sociedade. Assim, esse passo é dado de acordo com as demandas, anseios e necessidades dessa mesma sociedade. A busca do homem pelo conhecimento acontece desde os primórdios, e não ocorre de forma despreziosa, nem mesmo por algum acidente do acaso, mas sim a partir de uma intencionalidade visando a descoberta, o conhecimento ou a resolução de alguma

questão que precisa ser compreendida e/ou resolvida. O processo de produção de conhecimento, pode ocorrer em diferentes espaços como em centros de pesquisas, fundações públicas ou privadas, convém destacar que este artigo tratará especificamente do conhecimento que é produzido nas universidades.

As primeiras universidades surgiram ainda na idade média, no entanto foi a partir do iluminismo e do avanço da sociedade em relação ao pensamento racional e à ciência, que passaram a se expandir e a ocupar lugar de destaque no desenvolvimento e na manutenção das sociedades modernas. Leopoldo e Silva (2006) acentua que diante dos novos critérios de verdade, o homem moderno muda radicalmente sua forma de pensar e se recusa a cultivar o que fora vigente no passado. Dessa mudança radical surge um vazio no pensamento e conseqüentemente a necessidade de um esforço bastante significativo na criação e na construção de novos conteúdos de conhecimento de modo a atender aos anseios desse novo homem.

Assim, a importância e a significatividade da universidade frente ao homem moderno passou a ocupar um espaço cada vez mais de relevância e essencialidade. No entendimento de Chauí (2003) a universidade é:

[...] uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. [...] uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Para Derrida (2003) a questão da verdade e da luz sempre esteve ligada à questão do homem e sua busca pelo conhecimento, pelo saber e pela descoberta. Por conseguinte as universidades constituem, ou pelo menos deveriam constituir, espaços privilegiados na qual a liberdade de questionamento e as proposições deveriam ser uma regra, bem como o direito de dizer publicamente tudo o que uma pesquisa, um saber e um pensamento da verdade exigem. Desse modo, na universidade se faz a profissão da verdade e se adota um sólido compromisso para com a verdade.

A universidade é uma instituição social a serviço dos anseios e necessidades de uma sociedade, e se compromete com a busca e produção do conhecimento, adotando como princípio o compromisso com a verdade e a liberdade de expressão, de opiniões, de questionamentos e de indagações. A pesquisa e o conhecimento produzidos nas universidades seguem rigorosamente critérios científicos e princípios éticos que são próprios da pesquisa.

Desse modo, é importante elucidar que a pesquisa qualitativa deriva de uma investigação, de uma situação problema social e histórica, na coleta e análise de dados reais e concretos não estabelecendo uma pesquisa rígida, mas sim que traz sempre novos elementos problematizadores que podem modificar as interpretações iniciais. O pesquisador, apoiado numa fundamentação geral e inicial faz constantes revisões e aprofundamentos apoiando-se em literaturas anteriores para que a partir daí oportunizar o surgimento de novas teorias sempre permeado pela investigação, indagação, perguntas e dúvidas.

A Pesquisa Bibliográfica enquanto modalidade de pesquisa de caráter qualitativo, é comumente apresentada como uma revisão da literatura, o que merece ser evidenciado essa revisão se apresenta como pré-requisito para toda e qualquer modalidade de pesquisa, não sendo a característica principal e exclusiva da pesquisa bibliográfica. Neste paradigma, o que caracteriza a pesquisa bibliográfica é o conjunto de procedimentos previamente planejados que buscam soluções para determinado objeto e problema de pesquisa. Essa definição de procedimentos é que validará todas as ações como premissa essencial da pesquisa bibliográfica.

2. A pesquisa qualitativa

A construção do conhecimento científico trata-se de uma criação do homem para explicar e compreender a realidade, visto que para o homem de séculos atrás o mundo e a realidade tratavam-se de um mistério a ser desvelado e compreendido. Sendo assim, de acordo com os apontamentos de Minayo (2009) a cientificidade surge tradicionalmente no contexto das ciências da natureza. A pesquisa em ciências naturais se desenvolve a partir de modelos e padrões homogêneos de cientificidade que por sua vez não atendem satisfatoriamente as demandas da pesquisa em ciências sociais, pelo contrário, tais padrões e modelos rígidos e exatos de pesquisa, próprios das ciências

naturais, de certo modo inviabilizam a pesquisa em ciências sociais, pois não dão conta de sua totalidade e complexidade. Nas palavras de Minayo (2009, p.14) “[...] são incapazes de conter a totalidade da vida social”.

Neste sentido, pesquisa está condicionada a uma atividade científica que por meio da definição de uma hipótese/problema busca compreender a realidade que passa de pensamento para uma ação de busca, reflexão, análise e ampliação de conhecimento.

Para Minayo (2009), a pesquisa bibliográfica deve ser pensada em “espiral”, numa referência ao constante e interrupto ato de se questionar os dados e informações coletadas, na busca de novas lacunas no conhecimento e assim novas investigações e pesquisas.

A pesquisa em ciências sociais está ancorada na ideia de que cada sociedade é ímpar, se constitui em um determinado espaço e se organiza à própria maneira. Por isso, a pesquisa em ciências sociais requer um olhar holístico do pesquisador em relação ao objeto. Um olhar que considere a característica multifacetada e a complexidade do seu objeto de pesquisa. Nos apontamentos de Triviños (1987) a pesquisa social necessita de uma interpretação de forma ampla, para além da interpretação pura do objeto em si.

Para Minayo (2009) o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A pesquisa qualitativa está inserida no campo das ciências sociais e trabalha com as realidades que não podem ser quantificáveis, ou seja, trabalha com o universo humano, suas questões e implicações. O universo humano é constituído por pensamentos, emoções, ações, relações, interações, trocas e subjetividades entre tantas outras características. Sendo assim, a perspectiva de investigação científica fundamentada na quantificação, se apresenta insuficiente para explicar os fenômenos humanos e suas relações entre si. Desse modo, a pesquisa qualitativa se apresenta como o recurso investigativo mais apropriado para compreender fenômenos mais complexos.

De acordo com Triviños (1987) a perspectiva qualitativa tem como uma de suas principais bases de análise a fenomenologia e o marxismo. Nesse campo, as linhas de pesquisa subjetivista-compreensivista e a crítico-participativa se apresentam como uma alternativa metodológica possível, sendo que a vertente subjetivista-compreensivista privilegia aspectos conscienciais subjetivos dos atores, como percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da

realidade a-histórica, focando no modo como o sujeito se relaciona com o mundo e dele tem consciência. Já a vertente crítico-participativa com visão histórico-cultural, baseia-se na dialética da realidade social que tem como principal ponto de partida conhecer a realidade para poder transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos.

De acordo com os apontamentos de Flick (2004) a pesquisa qualitativa é conduzida por ideias específicas, e tem como aspectos centrais a opção por métodos e teorias apropriados ao que se pretende pesquisar, levando em consideração as perspectivas dos participantes da pesquisa, bem como sua diversidade. Outro aspecto central da pesquisa qualitativa, apontado pelo referido autor, que se faz presente durante todo percurso da pesquisa é a necessidade de reflexividade do pesquisador e da pesquisa. É por meio do exercício de reflexão que o pesquisador vai construir parte do processo de interpretação, e realizar análises preliminares para avaliar se o percurso metodológico é o mais apropriado para se atingir os objetivos intuídos. Nas palavras de Flick (2004):

A pesquisa qualitativa é orientada para análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Portanto, a pesquisa qualitativa está em condições de traçar caminhos para a psicologia e as ciências sociais concretizarem as tendências mencionadas por Toulmin, de transformá-las em programas de pesquisa e de manter a flexibilidade necessárias em relação a seus objetos e tarefas (FLICK, 2004, p. 28).

A pesquisa qualitativa é um modelo de investigação científica que atende de forma apropriada a pesquisa em ciências sociais, pois analisa e compreende o objeto de pesquisa em sua especificidade considerando seus sujeitos e subjetividades sem deixar de considerar toda a complexidade que envolve o objeto.

3. Pesquisa Bibliográfica: conceitos e definições

A Pesquisa Bibliográfica fundamentada na concepção qualitativa de pesquisa enquanto a atividade primária da ciência permeada pela teoria e a realidade propõe problematizar, questionar e articular conhecimentos anteriores a novos conhecimentos. As metodologias de pesquisa, são mais que técnicas e sim a possibilidade de selecionar instrumentos mediante seus objetivos e sua criatividade para chegar a construção do conhecimento, buscando articular realidade e análise a da realidade à teoria, ou seja, o conhecimento científico que, apresentando lacunas

oportuniza novas pesquisas.

Para Gil (1994), a pesquisa bibliográfica apresenta-se como uma metodologia de pesquisa que subsidia teoricamente todas as demais metodologias investigativas, que exigem estudos exploratórios ou descritivos uma vez que permite uma ampla visão da problemática que permeia e conduz a investigação possibilitando também a construção literária de um quadro conceitual que envolve o objeto pesquisado.

Inserida no contexto da pesquisa qualitativa, a pesquisa bibliográfica, trata-se de uma etapa muito importante e essencial de um trabalho de investigação científica, pois tem como proposta o estudo de textos impressos nas quais são buscadas as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse.

Para Oliveira, Miranda e Saad (2020),

Na perspectiva da abordagem qualitativa se insere as chamadas revisões sistemáticas de investigações qualitativas já realizadas. São exemplos destas revisões sistemáticas, o “estado da arte”, o “estado do conhecimento” e a “metassíntese qualitativa”. Essas formas de realizar a pesquisa são consideradas como estudos de natureza bibliográfica (OLIVEIRA; MIRANDA; SAAD, 2020, p. 148).

Assim, é por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador toma conhecimento da dimensão teórica acerca de seu tema de pesquisa; constrói a fundamentação teórica de forma segura e confiável; e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver. De uma forma geral, uma pesquisa bibliográfica em conformidade com os rigores científicos é imprescindível para a construção de um trabalho científico de qualidade, atualizado, consistente e fundamentado teoricamente. Na visão de Gil (2008):

Qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa. Primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequado à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado (GIL, 2008, p. 75).

Na pesquisa bibliográfica a principal fonte de conhecimento à qual o pesquisador recorre é aos livros. A depender da abordagem da pesquisa, na visão de Gil (2008) há tipos específicos de obras que podem ser consultadas, como por exemplo os livros de leitura corrente; os livros de referência informativa como dicionários

específicos ou enciclopédias; ou ainda periódicos como jornais e revistas, sendo que os jornais são mais atuais, já as revistas aprofundam mais o assunto. É importante ressaltar que as revistas constituem as principais fontes de divulgação de pesquisa científica, permitindo ao pesquisador conhecer o estágio atual do conhecimento sobre determinado assunto.

No entendimento Stumpf (2011) o planejamento inicial de uma pesquisa bibliográfica deve contemplar a identificação, a localização e a obtenção da bibliografia correspondente ao assunto que se pretender pesquisar. Esse processo dá origem a um texto sistematizado, na qual é abordada pelo pesquisador toda literatura examinada, exprimindo o pensamento dos autores pesquisados, bem como as próprias ideias do pesquisador. De forma mais específica a referida autora assinala que a pesquisa bibliográfica é um conjunto de procedimentos que tem como intuito identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e realizar as anotações necessárias para consulta posterior.

Mediante a definição do objeto de estudo, o caráter exploratório-descritivo da Pesquisa Bibliográfica apresenta-se como um procedimento metodológico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos denominados de fontes. No decorrer da investigação, a medida que os dados vão sendo coletados e refletidos, faz-se como prática importante na pesquisa bibliográfica, voltar-se ao objeto de estudo inicialmente apontado para que, caso necessário, validá-lo ou reformulá-lo.

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica usa de diferentes fontes de documentos que exigem do pesquisador a manipulação e procedimentos investigativos diferentes como apresenta a figura abaixo:

Figura 1- Tipos e fontes bibliográficas.



Fonte: Autoria própria.

Essa flexibilização que apresenta a pesquisa bibliográfica requer uma constante atenção do pesquisador, numa vigilância epistemológica para que de fato não se perca o viés científico do trabalho. Para Salvador (1986), há quatro fases que devem permear a pesquisa bibliográfica: 1) Elaboração do projeto de pesquisa: com a determinação do assunto, problema de pesquisa e elaboração de um pré-planejamento; 2) Investigação das soluções: etapa da coleta de documentos que consiste no levantamento bibliográfico e das informações contidas na bibliografia; 3) Análise explicativa das soluções, consiste na análise da documentação, na exploração do material pertinente ao estudo; 4) Síntese integradora, apresenta-se como o produto final da investigação resultante na análise e reflexão dos documentos.

Ainda, Salvador (1986) assevera que, ao final deste ciclo de etapas acima apresentado, o pesquisador terá o conhecimento da realidade, produto de uma reflexão crítica que se dá a partir do conhecimento acumulado que se apresentará como uma síntese/texto concreto, construído sob a capacidade crítica do pesquisador na justificativa de dados e informações coletados, salientando que, o resultado na investigação está atrelado a quantidade e qualidade dos dados coletados.

Tratando-se de um procedimento que se submete ao rigor científico e tem como objetivo a produção de conhecimento, Lakatos e Marconi (2003) apontam que a pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação.

Figura 2 - As oito fases da Pesquisa Bibliográfica.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Lakatos e Marconi (2003).

A pesquisa bibliográfica possibilita a construção de novos conhecimentos, o aprendizado sobre uma determinada área e se apresenta como um dos principais meios de atualização e desenvolvimento intelectual de um pesquisador. A evolução dos meios de comunicação propiciou um avanço muito grande nas possibilidades de pesquisa bibliográfica. Atualmente é possível contar com a internet para acessar e-books, periódicos e revistas digitais com mais facilidade, isso interfere de forma positiva na dinâmica, na qualidade e na atualidade de uma pesquisa bibliográfica.

4. Organização e etapas de desenvolvimento da Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é um campo próprio de pesquisa que constitui uma totalidade que envolve organização, interpretação, compreensão e sistematização do conhecimento. Cumpre o papel de fundamentar o conhecimento no processo de pesquisa, sendo essencial para o processo de desenvolvimento intelectual do pesquisador. É necessário distinguir a revisão bibliográfica e a revisão de literatura no campo da pesquisa bibliográfica.

A revisão bibliográfica é uma etapa da pesquisa bibliográfica, e consiste no processo de obtenção de informações de modo a elucidar o estado na qual se encontra um conhecimento específico. Nessa etapa é possível buscar e encontrar os saberes elencados pelos teóricos selecionados, pelo próprio pesquisador. É o levantamento de saberes para ampliar e organizar o conhecimento sobre uma temática específica permitindo a busca e o domínio do conhecimento. A revisão de literatura também tem como propósito verificar o estágio teórico atual em que o assunto se encontra, para a partir disso fazer a propositura de novos postulados e atualizações acerca da temática em questão.

De acordo com os postulados de Gil (2008), Lakatos e Marconi (2003), Stumpf (2011) a pesquisa bibliográfica é constituída por etapas diferentes e com características bem específicas e definidas. A distinção e definição entre as etapas é pressuposto básico para a organização do percurso investigativo pelo pesquisador, e conseqüente sucesso dos resultados da pesquisa. De acordo com os postulados de Gil (2008), o primeiro e importante passo a ser dado nessa empreitada é a formulação do problema de pesquisa, ou seja a problematização, que deve ser feita observando alguns aspectos preponderantes: o interesse do pesquisador; a relevância teórica e prática; a

adequação à qualificação do pesquisador; a disponibilidade e suficiência de material bibliográfico; a disponibilidade de tempo e as condições de trabalho do pesquisador na realização da pesquisa.

Gil (2008), assim como Lakatos e Marconi (2003), apresenta etapas que devem ser seguidas na realização da Pesquisa Bibliográfica apontadas a seguir:

Figura 3 - Fases da Pesquisa Bibliográfica.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Gil (2008); Lakatos e Marconi (2003).

Na perspectiva das fases da pesquisa apresentada, a *escolha do tema*, não apenas na Pesquisa Bibliográfica mas como em qualquer outra pesquisa, é o ponto de partida da investigação que deverá seguir critérios que vão desde o interesse do pesquisador, a relevância teórica e prática do assunto, a disponibilidade e suficiência do material bibliográfico já disponível e as condições de trabalho necessárias ao pesquisador para o desenvolvimento da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, o *plano de trabalho* tem um caráter provisório, portanto está em constante adaptação, para tanto será fundamental

que se tenha esse planejamento para que a pesquisa siga determinada orientação e não perca o foco da investigação. A *identificação das fontes*, consiste em identificar e levantar por meio de consultas a bibliotecas, internet e outros pesquisadores, o que já existe de publicações sobre a temática, a qualidade, a quantidade e apreciação ao conhecimento disponível. Na *localização das fontes e obtenção do material* faz-se a localização das fontes que devem ser apontadas e organizadas de modo a facilitar a aquisição e leitura do material. Na *compilação*, mediante seleção e localização de material bibliográfico, realiza-se a leitura crítica e reflexiva identificando as informações e dados mais relevantes, estabelecendo a relação entre as informações lidas e o problema da pesquisa, analisando a consistência das informações e dados apresentados. No *fichamento*, a matéria-prima são fichas que oportunizam a organização do material que surge das anotações, das leituras realizadas assim como traz as referências bibliográficas. Em um passo importante que desencadeia o conhecimento final da investigação está a *análise e interpretação* das informações, consistindo primeiramente numa leitura de caráter exploratório e mais abrangente para que, partindo da familiarização com o material, o pesquisador possa realizar uma leitura mais seletiva e aprofundada do conteúdo, especialmente das partes mais significativas. Um terceiro procedimento de leitura consiste na *análise das informações* que de uma forma analítica, identifica as ideias-chaves do texto buscando já responder a problemática da pesquisa. Sucessivamente está o procedimento de *leitura interpretativa*, que concomitantemente a leitura analítica, estabelece relação entre o conhecimento lido e outros conhecimentos. E finalizando as etapas da pesquisa bibliográfica está a redação do texto sendo o resultado das leituras, anotações e do raciocínio literário alcançado ao longo da investigação, que terá seu resultado final depois de ser revisto e adequado às normas de pesquisa.

Em suma, superadas as etapas iniciais de escolha do tema e formulação do problema é preciso partir para a fase de elaboração do plano de trabalho, que tem como proposta estabelecer as fases subsequentes do trabalho de pesquisa, bem como orientar e ordenar o trabalho a ser desenvolvido pelo pesquisador. Com o plano de trabalho elaborado, inicia-se a fase de identificação das fontes e conseqüente sua localização e obtenção desses materiais. Esse conjunto de procedimentos tem o intuito de fornecer os subsídios teóricos para que o problema de pesquisa seja esclarecido e

respondido.

Com o material bibliográfico a ser estudado em mãos, inicia-se a fase de leitura. Primeiramente é preciso fazer uma leitura exploratória do material e selecionar as partes que de fato ajudarão a responder o problema de pesquisa. A leitura mais profunda e detalhada precisa ser realizada intencionalmente de modo a identificar os dados e as informações constantes no material; estabelecer relações com o problema proposto; e analisar a consistência e a validade das informações e dados apresentados pelos autores.

A sistematização do conhecimento obtido por meio da leitura é realizada na fase de confecção das fichas. Essa fase consiste basicamente na anotação dos dados obtidos a partir das leituras em fichas. A construção lógica é a penúltima etapa, e consistente na organização lógica das ideias de modo a atender os objetivos propostos ou testar as hipóteses de trabalho. A redação do texto é a etapa final da pesquisa na qual o pesquisador registra textualmente suas ideias e o conhecimento que foi produzido durante o percurso investigativo.

A pesquisa bibliográfica tem um potencial de produção de conhecimento bastante evidente, no entanto sua aplicação exige dedicação, planejamento e um trabalho exaustivo de leitura e produção de texto. Por outro lado, é um campo de pesquisa que se mostra acessível, principalmente em virtude da revolução tecnológica dos meios de comunicação que tem possibilitado cada vez mais a ampliação do acesso à informação.

6. Concluindo

Neste texto foram apresentadas, analisadas e descritas algumas das principais ideias inerentes a pesquisa qualitativa com ênfase nos conhecimentos que fundamentam a pesquisa bibliográfica enquanto uma metodologia de investigação científica.

Conforme desenvolvido nesse texto, pode-se afirmar que a pesquisa bibliográfica sem dúvida se apresenta como uma metodologia de investigação científica que propicia ao pesquisador conhecer o estágio do conhecimento acerca do tema que se pretende pesquisar; construir importantes conhecimentos e fundamentar teoricamente seu trabalho de pesquisa

Certamente, a produção de conhecimento realizada a partir do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, amplia e melhora as interpretações dadas a determinados fenômenos e podem contribuir efetivamente para auxiliar a tomada de decisões em diferentes áreas da vida social.

Referências

CHAUÍ, M. A. universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 24, p. 5-15, 2003.

DERRIDA, J. **A Universidade sem condição**. Tradução: Evando Nascimento. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, F. Universidade: a ideia e a história. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, SP, v. 20, n. 56, p. 191-202, Dossiê Brasil: o país no futuro, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 09-29.

OLIVEIRA, G. S.; MIRANDA, M. I.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Metassíntese: uma modalidade de pesquisa qualitativa. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.42, p.145-156, Monte Carmelo, MG, 2020.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre, RS: Sulina, 1986.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2011. p. 51-61.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

CAPITULO VI



CARTOGRAFIA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Márcia Maria de Sousa
Guilherme Saramago de Oliveira

A Cartografia como estratégia metodológica insurge justamente da necessidade de métodos que não apresentem somente os resultados finais da pesquisa desconsiderando os processos pelos quais a mesma passou até chegar à sua instância final, mas que acompanhem seu percurso construtivo sempre em movimento e o percebam como algo incompleto, transitório e que multiplica as possibilidades ao invés de restringi-las (OLIVEIRA; MOSSI, 2014, p.191).

1. Conceito de Cartografia

Cartografia é um termo tradicionalmente utilizado para se referir ao traçado e estudo de cartas geográficas e mapas, sendo uma das formas de representação gráfica mais antigas usadas pela humanidade para delimitar territórios e registrar trajetos percorridos.

A cartografia tradicional, de acordo com Prado Filho e Teti (2013),

[...] encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas. Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras. O mapa como representação de um território e das características de uma população é um instrumento fundamental da Geografia física e da Geografia humana, a Demografia (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

A Cartografia consiste, portanto, em uma atividade que envolve o estudo detalhado de aspectos da realidade física e social que são representados graficamente, de modo a possibilitar a visualização e a compreensão desses aspectos por outras pessoas que podem conhecê-los por meio da experiência vivenciada e traçada pelo cartógrafo.

Desse modo, pode-se compreender a Cartografia como atividade que já na sua concepção tradicional, apresenta uma dimensão dinâmica que não apenas registra, mas acompanha as mudanças dos territórios que torna visível.

Como método de pesquisa e investigação, a Cartografia é uma estratégia historicamente recente, que tem como referência a formulação apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari na Introdução de Mil Platôs. (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Nesta formulação, a Cartografia é apresentada como um dos princípios do rizoma, que por sua vez é um conceito filosófico criado por Deleuze e Guattari (1995), a partir da aproximação com o termo *rizoma*, utilizado na botânica para definir um modo de entendimento da realidade que se opõe ao modelo tradicional, organizado e centralizado de pensamento.

Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema acentrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 31).

Desta forma, o rizoma propõe uma perspectiva para pensar a realidade não mais ancorada no tradicional sistema “árvore-raiz” (que parte de uma estrutura universal, rígida, fixa e linear). Mas uma perspectiva que pensa e conhece a realidade a

partir da multiplicidade, considerando as diferenças e heterogeneidades e não a essência e os significados já estabelecidos que interpretam as coisas do mundo.

Tal qual um bulbo que surge e se ramifica a partir de um broto em um ponto qualquer da planta, o rizoma “Trata-se do modelo que não pára de se erigir e de se entranhar, e do processo que não pára de se alongar, de romper-se e de retomar” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 31).

Assim, o rizoma é um tal modo de pensar que abrange os fenômenos para além das estruturas e das interpretações preestabelecidas, contemplando situações, sujeitos, objetos, ocorrências e relações que não se encaixam em estruturas dualistas de pensamento (sujeito-objeto, unidade-totalidade, síntese-análise, corpo-mente, natureza-cultura, entre outros) e nas interpretações usuais revestidas de caráter científico pela modernidade.

De acordo com Simonini (2019),

Deleuze e Guattari colocaram em movimento uma maneira outra de problematizar o entendimento do que seja a realidade. Consideraram eles que a realidade, enquanto produção maquínica, não se sustentava em nenhuma essência, em nenhuma verdade inaugural, em nenhum fundamento centralizador e em nenhuma consciência transcendente a dar um destino unificado ao universo. Ao contrário disso, propuseram que a realidade não é necessariamente um lugar, mas um processo de composições plurais a tramarem mundos. As significações, as políticas, as estéticas, as linguagens, os sujeitos..., surgiram como transitórios nódulos nessas tramas, no dobrar das linhas de um rizoma (SIMONINI, 2019, p. 4).

Compreende-se então que, na perspectiva rizomática, a definição tradicional de cartografia se expande para uma atitude de experimentação do pensamento, que se coloca em movimento para acompanhar processos dinâmicos de produção de realidades que não seguem padrões e percursos habituais. Nesse sentido, cartografar vai além do desenho de mapas e se dirige para a construção de diagramas, ou seja, de esquemas visuais que tornam aparentes novos tipos de realidades. Desse modo, os diagramas se configuram por meio do traçado das relações que se estabelecem entre elementos de diferentes naturezas num determinado campo social, tornando-as enfim, perceptíveis e conhecidas.

No entanto, para melhor entender a Cartografia nessa perspectiva é fundamental compreender os outros princípios que compõem o rizoma, uma vez que

eles complementam o modo como a Cartografia se amplia enquanto método de pesquisa, ou melhor dizendo, “[...] como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

De acordo com Deleuze e Gattarri (1995), *conexão* e *heterogeneidade* são os dois primeiros princípios que compõe o funcionamento do rizoma. De acordo com os autores, qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. “[...] Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14-15).

Isso significa que as conexões estabelecidas entre os pontos de um rizoma não seguem um padrão linear, uma hierarquia ou uma lógica de causa e efeito. Signos de diferentes naturezas podem se conectar, formando cadeias semióticas díspares e heterogêneas, que determinam um pensamento de igual teor para poder acompanhar os desdobramentos dessas conexões no campo social.

Já *multiplicidade* é um terceiro princípio do rizoma compreendido pela trama que se constitui a partir das trajetórias múltiplas e diversificadas que as linhas engendram ao conectarem um ponto a outro. Desse modo, “As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16). Para esses autores, não existe uma unidade ou princípio único que agrupe unidades de medida, o que existe são variedades de medida, sendo que as dimensões de uma multiplicidade mudam sua natureza ao passo que estabelecem mais conexões.

O quarto princípio denominado por Deleuze e Guattari (1995) como *ruptura a-significante* refere à propriedade que possui um rizoma de ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retomado segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas.

Sendo o rizoma constituído por relações nas quais um ponto qualquer pode se conectar com outro ponto qualquer, desenhando traços de diferentes formatos e direções, sua estrutura se define por uma multiplicidade de linhas que se atravessam, entrecruzam, metamorfoseiam e mudam de natureza constantemente.

Para Deleuze e Guattari (1995) o rizoma deve ser compreendido como um modo de pensamento que não parte de um ponto de origem ou de um princípio ou proposição fundamental, de modo a romper com o raciocínio lógico que permeia a construção de conhecimento na modernidade.

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Nesse sentido, *cartografia* e *decalque* são apresentados como quinto e sexto princípios do rizoma, sendo a cartografia a possibilidade inventiva de produzir mapas, ou seja, de problematizar e acompanhar o andamento dos processos que ocorrem nesse sistema formado por múltiplas conexões que operam em movimento contínuo, constituindo territórios outros e diversos que escapam às estruturas pré-estabelecidas, ordenadas e fixas do decalque. Daí a contraposição da *cartografia* ao *decalque* como movimento criativo que caminha em fluxos avessos aos de repetição e de volta constante “ao mesmo”, que propõe outros traçados que atravessam aqueles já estabelecidos pelas estruturas de pensamento enraizadas e reproduzidas ao infinito (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 20).

Enquanto o decalque opera por imitação, reforçando estruturas e padrões,

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

Desse modo, é possível entender porque a Cartografia é empregada por Deleuze e Guattari (1995) como termo pertinente para ultrapassar o decalque e como um princípio que dinamiza o rizoma. Considerando que “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 36), pode-se inferir que a Cartografia é um princípio que possibilita a experimentação de diferentes entradas, saídas e trajetos quantos se fazem necessários para explorar as nuances da realidade contemporânea, que é

múltipla, não binária e permeada por incertezas e rupturas.

Segundo Costa (2014), a respeito do conceito de Cartografia no pensamento de Deleuze e Guattari (1995),

O conceito, inicialmente retirado da geografia, é transposto para os campos da filosofia, política e subjetividade. O que os filósofos querem é pensar a realidade através de outros dispositivos que não os apresentados tradicionalmente pelos discursos científicos, valorizando aquilo que se passa nos intervalos e interstícios, entendendo-os como potencialmente formados e criadores de realidade (COSTA, 2014, p. 69-70).

Nesse ponto, a necessidade de compreender a definição do que sejam *dispositivos*, aproxima das referências que Deleuze e Guattari (1995) buscam nas perspectivas metodológicas de Foucault (arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética) incorporando essas perspectivas na formulação da Cartografia como método rizomático.

Para Prado Filho e Teti (2013) os dispositivos, conforme as análises genealógicas de Foucault remetem “[...] a uma maquinaria complexa que articula elementos e práticas diversas de saber e poder, produzindo efeitos de subjetividade [...]” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 48). Trata-se portanto, de um conjunto de elementos que operam de modo estratégico, sutil e capilar, na produção de subjetividades.

Segundo esses autores, os dispositivos são compostos por

[...] discursos, instituições e aparelhos diversos, organizações arquitetônicas, leis, regulamentos, decisões, medidas administrativas, conceitos científicos, enunciados, proposições filosóficas e morais, acrescentando que o dito e o não dito são componentes dos dispositivos (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 48).

A composição multilinear dos dispositivos permite que estes se movimentem e atuem tanto na dimensão de saber (pelas linhas de visibilidade e enunciação), como na dimensão de poder (linhas de força como vetores que os atravessam), envolvendo nesse processo jogos de objetivação e subjetivação, normalização de práticas e condutas, mas também movimentos de mutação, renovação e atualização (linhas de ruptura e fratura). Os dispositivos operam, portanto, num modo de funcionamento rizomático, o que suscita uma análise de caráter semelhante que seja capaz de acompanhar as tramas que compõe sua estrutura e compreender suas expansões.

Nesse sentido, a Cartografia se apresenta como possibilidade de adentrar as redes que compõem os dispositivos, visando exatamente desemaranhar as linhas que se cruzam e entrecruzam nesse “novelo”, tornando visível os agenciamentos que estes estabelecem no campo social.

Por sua vez, os agenciamentos podem ser definidos como

[...] articulações singulares de forças que se mobilizam estrategicamente em torno de objetivos, envolvendo enunciações e relações de poder, tanto podendo capturar, anular e assujeitar, quanto organizar formas de resistência a jogos de objetivação e subjetivação (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 48).

Configurando uma espécie de encontro fortuito que se instaura no campo social, a partir da conexão entre elementos de diferentes instâncias, cujas trajetórias se entrelaçam produzindo subjetividades, os agenciamentos provocam atitudes tanto normatizadoras, como de resistência. “Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquinica, gnosiológica, imaginária” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 317).

A esse respeito, Prado Filho e Teti (2013), posicionam os agenciamentos como outro termo proveniente da afinidade teórica estabelecida entre Deleuze e Guattari (1995) e Foucault cujas formulações contribuem com o entendimento da cartografia no sistema rizomático.

As colocações de Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020) são também esclarecedoras no sentido de atrelar o conceito de agenciamento ao de território.

Esses agenciamentos (encontros e conexões), por conseguinte, formam territórios – um mapa que representa suas múltiplas conexões. São os agenciamentos que nos permitem conectar com outras forças que não habitam os estratos, mas circulam fora deles, pela possibilidade de nos afetarmos por essas forças e nos associar com diferenças. [...] A territorialidade emerge, portanto, como mais um conceito importante e se refere ao plano de imanência dos agenciamentos – os quais trazem consigo um esforço territorializante, de organização das forças que foram conectadas, gerando novos territórios (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020, p. 52).

A Cartografia por sua vez, seria uma estratégia do pensamento rizomático capaz de reconhecer as dimensões e alcances dos agenciamentos na produção de subjetividades e de inventar – pelas vias da sutileza e da organicidade dessas mesmas

estruturas e relações – caminhos e trajetos capazes de produzir rupturas, desterritorializações e reversões em seus modos de operação.

Uma vez especificadas as aproximações provenientes do diálogo conceitual empreendido entre Deleuze, Guattari e Foucault na formulação da Cartografia como modo de enfrentamento, resistência e desmontagem de dispositivos e de acompanhamento de processos de agenciamento, é possível passar a abordá-la como método de pesquisa que incorpora uma atitude de investigação mais aberta, flexível e abrangente de pensamento.

2. A Cartografia como método de pesquisa

Como possibilidade e postura investigativa que proporciona o estudo de processos de criação e de construção de subjetividades, a Cartografia se oferece como uma alternativa metodológica no âmbito da pesquisa qualitativa, que consegue adentrar no emaranhado das múltiplas e heterogêneas dimensões que as relações entre sujeitos e objetos tecem no contexto contemporâneo.

No entendimento de Oliveira *et al* (2020, p. 2), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. O conhecimento, nas pesquisas com abordagem qualitativa, conforme os autores (2020, p. 2), “[...] não se restringe a uma mera interpretação de dados isolados, estáticos, conectados por uma análise de cunho puramente descritivo ou explicativo”.

Para Costa (2014) a Cartografia deve ser entendida como uma prática ou pragmática de pesquisa. Mais que uma metodologia de pesquisa, ela [...] está ligada a um exercício ativo de operação sobre o mundo, não somente de verificação, levantamento ou interpretação de dados” (COSTA, 2014, p. 67).

Segundo Kastrup (2009), a Cartografia proposta a partir da formulação de Deleuze e Guattari (1995)

[...] visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim (KASTRUP, 2009, p. 32).

A Cartografia se constitui, portanto, em uma atitude de investigação pertinente com pesquisas que acompanham os fluxos de processos de subjetividade e requerem procedimentos mais abertos e mais inventivos. Isso porque tem como proposta uma reversão metodológica, transforma o método (*metá* = reflexão, raciocínio, verdade + *hódos* = caminho, direção) em *hódos-metá*, ou seja, um caminho a ser experimentado e não um método a ser aplicado (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Nessa perspectiva, o rigor da pesquisa está na proximidade com a vida e sua precisão está no compromisso e no interesse do pesquisador, como implicação na realidade e como intervenção.

Como método de pesquisa-intervenção a Cartografia implica numa orientação não prescritiva do trabalho do pesquisador, uma vez que sua execução não ocorre a partir de regras prontas e objetivos estabelecidos previamente (PASSOS; BARROS, 2009).

Passos, Kastrup e Escossia (2009) defendem, portanto, que no lugar de regras a serem aplicadas, o trabalho do cartógrafo na pesquisa é guiado por pistas que são como referências que convergem para que a atitude de abertura ao que é produzido ao longo do percurso da pesquisa seja mantida. Passos e Barros (2009), por sua vez, explicam que “A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17-18).

O plano da experiência como intervenção acentua a dimensão política da pesquisa, de modo que a intervenção produz um plano de implicações colocando em análise os jogos de forças entre valores, interesses, expectativas, desejos e crenças, que por sua vez gera o conhecimento. Pela perspectiva da Cartografia, fazer e conhecer são inseparáveis, ou seja, “Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 30).

Isso ocorre porque o método cartográfico propõe estratégias de análise crítica e de enfrentamento (desmontagem e resistência) de dispositivos, ou seja, de ações que promovem o desemaranhar das linhas que constituem as redes formadas por um conjunto de elementos díspares e heterogêneos que se sustentam e são sustentados por relações de força e poder.

Passos e Barros (2009) esclarecem que o conceito de transversalidade de Guattari contribui sobremaneira com a definição do método cartográfico segundo o qual o trabalho da análise consiste ao mesmo tempo em descrever, intervir e criar “efeitos-subjetividade”.

Essa perspectiva de compreensão múltipla e complexa da realidade, demanda do pesquisador um olhar que seja acolhedor e flexível e que esteja aberto à recursividade, ao inesperado e, conseqüentemente, à reelaboração, ou seja, ao caráter inacabado e provisório de um tipo de pesquisa que não apresenta como resultado verdades prontas, mas a possibilidade da emergência constante de novas perguntas, questões e recomeços.

De acordo com Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020)

Uma postura rizomática pode demandar um desenho metodológico quase que *artesanal*, adequado ao contexto, problema, objeto e aos sujeitos participantes da investigação. [...] Se olharmos especificamente para o pesquisador, tal postura tem como pressuposto que a própria pesquisa dá-se em um contexto de produção da vida, ou seja, são os encontros e afetações que permitem que o próprio trabalho seja construído a todo momento (BARRETO; CARRIERI; ROMAGNOLI, 2020, p. 55)

Desse modo, a pesquisa cartográfica pressupõe que a atenção no trabalho do cartógrafo deve ser entendida como um processo complexo que pode assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, em várias combinações. Isto significa que a atenção do cartógrafo deve ser preparada para selecionar o elemento no qual deve pousar sua atenção, dentre aqueles múltiplos e variados que atingem os seus sentidos e os seus pensamentos.

Outra pista pertinente a ser seguida na Cartografia, e que Costa destaca com precisão, é que “Como o que se passa entre é o mais interessante, resta ao cartógrafo estar suficientemente poroso a estas microssensibilidades que se instauram nas zonas fronteiriças” (COSTA, 2014, p. 67).

Nesse sentido a contribuição do conceito de “atenção flutuante” de Freud (1912/1969), que, de acordo com Kastrup (2009), consiste numa atenção aberta, sem focalização específica, onde a seleção encontra-se inicialmente suspensa (adormecida), assim como o conceito de “suspensão” (fenomenológica) de Husserl como ato de

desmontagem da atitude cognitiva natural, permitem compreender que a atenção na cartografia deve ser aprendida pelo cartógrafo.

Isso porque, durante a produção dos dados numa pesquisa de campo, o cartógrafo deve estar preparado para suspender suas próprias inclinações e expectativas, evitar a seleção prévia e também a obturação de elementos surpresa, estando ao mesmo tempo, aberto para ao encontro, ao inesperado.

Kastrup (2009) ressalta que a atenção do cartógrafo deve ocorrer num “[...] movimento de vaivém, articulando os sucessivos gestos de suspensão e as interrupções subsequentes” (KASTRUP, 2009, p. 38). A esse respeito a mesma autora destaca os variados modos de funcionamento da atenção, a saber:

1 - rastreio – corresponde a um gesto de varredura do campo visando uma espécie de alvo móvel que pode mudar de posição, velocidade, aceleração e ritmo, se aproximando da percepção háptica, melhor dizendo, movimento de exploração sinestésica – que opera no domínio de todos os sentidos – e aleatória que supera a visão figura-fundo;

2 - toque – consiste numa rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção;

3 - pouso – refere à uma parada da percepção na qual o campo de fecha em um zoom. Referenciada em Vermersch (2002a), Kastrup (2009) explica que no pouso, a janela atencional pode mudar de escala de janela micro (que elimina completamente o entorno), a janela-página (comportando indícios de distribuição da atenção), ou janela-sala (atenção dividida), ou janela-pátio (deslocamento e orientação), ou janela-paisagem (conectando elementos próximos e distantes em movimentos rápidos);

4 - reconhecimento atento – incide em ver o que está acontecendo, calibrando a atenção, de modo a reconduzi-la ao objeto para destacar os seus contornos. Ponto de interseção entre memória e percepção no qual, como aponta Bergson (1897/1990) ocorre a “[...] revelação da construção da percepção através do acionamento dos circuitos e da expansão da cognição” (KASTRUP, 2009, p. 47).

Uma vez que, para Deleuze e Gattarri (1995) a Cartografia é uma performance que precisa ser desenvolvida como uma política cognitiva do cartógrafo, o mesmo deve pautar-se numa atenção sensível que permita encontrar o que não conhecia, mas que já habitava virtualmente o território pesquisado.

A propósito do encontro como elemento fundamental da prática cartográfica, Costa (2014), fundamentado no pensamento de Deleuze (1988, 1998) sobre este assunto, destaca a importância do cartógrafo estar atento à potência das coisas aparentemente insignificantes e imprevisíveis com as quais se depara no movimento

da pesquisa. Em suas palavras: “Um encontro é sempre ziguezagueante, algo que se passa entre dois, transitando pela multiplicidade de coisas e signos que povoam o momento singular do encontrar-se” (COSTA, 2014, p. 72).

Ainda sobre esse assunto, Costa (2014) afirma que

O pesquisador-cartógrafo não sabe, de antemão, o que irá lhe atravessar, quais serão os encontros que irá ter e no que estes mesmos encontros poderão acarretar. O cartógrafo, de certa forma, é um amante dos acasos, ele está disponível aos acasos que o seu campo lhe oferece, aos encontros imprevisíveis que se farão no decorrer do caminho (COSTA, 2014, p. 70-71).

Nesse sentido, a Cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica uma vez que aposta na afetação mútua entre pesquisador e participantes, destacando a processualidade (processo coletivo de produção de subjetividades) do território pesquisado.

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 74).

Costa (2014) refere-se a esse aspecto da criação coletiva que provém da Cartografia como uma prática de pesquisa “suja” no sentido de que o pesquisador não consegue (e nem deseja) manter-se neutro e distante do campo de pesquisa, estando suscetível a contaminações e variações que ocorrem durante o processo de pesquisa e que exige posturas singulares, uma vez que o pesquisador está implicado no movimento proposto pela pesquisa.

Quanto ao trabalho do cartógrafo, Rolnik (1989) destaca uma série de pressupostos que acompanham sua prática, caracterizada pela abertura às fontes variadas que surgem na sua busca por elementos que possam vir a compor suas cartografias. Desse modo, o cartógrafo não deve se preocupar em entender, explicar ou revelar a realidade que pesquisa, mas em participar dela, “embarcar” em seus territórios existenciais, o que exige dele sensibilidade para acolher o fluxo de intensidades que produzem sentidos, mas que também podem desconstruí-los.

Para tanto, “[...] o critério do cartógrafo é, fundamentalmente, o grau de abertura

para a vida que cada um se permite a cada momento” (ROLNIK, 1989, p. 70). Isso significa que tanto o seu olhar quanto o seu corpo se colocam no movimento da pesquisa, de forma a definir e redefinir constantemente o seu roteiro de preocupações no processo de produção de subjetividades.

Ao fazermos essa breve incursão pelos aspectos que caracterizam a Cartografia enquanto prática de pesquisa entendemos o quanto o pensamento rizomático se mostra coerente com os estudos que abarcam a diferença e compreendem a realidade enquanto movimento e devir.

3. A Cartografia como alternativa metodológica nas pesquisas sobre a produção de subjetividades

Tanto as pesquisas do campo da psicologia realizadas por Rolnik (1989) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009), que embasam a Cartografia no cenário brasileiro como uma possibilidade metodológica potente para estudos que abordam processos de subjetividade, como as pesquisas citadas por Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020) no campo dos Estudos Organizacionais, mostram sua abrangência como estratégia que favorece a construção de conhecimentos por meio do acompanhamento, da reflexão e da criação e da recriação de diferentes realidades.

Desse modo, apresentar exemplos da Cartografia como estratégia de investigação em pesquisas no âmbito do campo educacional torna-se necessário para mostrar como ela tem sido pertinente para abordar a multiplicidade e diversidade de realidades educacionais que podemos observar tanto no Brasil como em outros lugares do mundo.

Para Moraes Júnior (2011),

[...] parece evidente que uma pesquisa em Educação, sobretudo a que circunscreve a temática da subjetividade, não poderia optar por outra metodologia de investigação, dado tratar-se da tentativa de compreender os dados da realidade que circulam no ambiente escolar, sua interlocução com todos os planos do social na composição dos sujeitos (MORAES JÚNIOR, 2011, p. 55).

Seguindo as referências de Rolnik (1989) e Kastrup (2009) o autor argumenta em seu artigo sobre a adequação da Cartografia para pesquisar a educação enquanto campo social efervescente, dinâmico e produtor de “devires múltiplos”, que requer uma metodologia consistente e condizente com o propósito de descrever os processos de

subjetivação dos sujeitos nela inseridos.

Por sua vez, Paste (2017) aborda a Cartografia em sua tese de doutorado como procedimento de pesquisa e filosofia tendo como objetivo descrever as contaminações e os agenciamentos de artistas-professores que atuam no ensino superior em Cursos de Artes Visuais, buscando encontrar linhas de conexão dessas profissões que se relacionam e se completam, planos comuns de criação e perceber como esses fatores se articulam no processo de atravessamento entre o ser professor e o ser artista.

Em sua pesquisa, a Cartografia assume o desafio de investigar o artista-professor tendo como referência como ele processa o heterogêneo, a singularidade na multiplicidade. Ao concluir a tese, a pesquisadora confirma sua percepção de que “[...] o que está gestado nela é o começo de uma nova etapa, que os problemas que supostamente deciframos são passíveis de rearranjos, de mudanças, de somas e subtrações” (PASTE, 2017, p. 160).

Nesse sentido, observa-se a Cartografia como possibilidade de explorar, sem esgotar, a complexidade da atuação docente, percebendo como os diferentes territórios habitados pelo professor se completam, hibridizam, conjugam, desterritorializam e reterritorializam com as questões sobre a vida e as especificidades de sua área de conhecimento que estão em constante transformação.

Já a pesquisa apresentada na tese de Barbosa (2017) apresenta outra nuance da Cartografia como fundamento filosófico e estratégia de pesquisa que tem a escola como espaço de criação e produção de um documentário como dispositivo que permite acompanhar movimentos, encontros e devires relacionados às percepções da comunidade escolar sobre as espacialidades tecidas no seu cotidiano.

Nas palavras do autor,

[...] procuramos da criação de um documentário na escola um processo cartográfico de pesquisa, em que experimentamos um movimento de filmagem-aprendizagem com os envolvidos, negociando o que, onde e filmar. Um processo que se deu em aberto, cujos caminhos foram sendo configurados num lugar de experimentação. [...] buscamos experienciar um procedimento investigativo que nos possibilitasse operar uma cartografia dos encontros voltada a expressar como o espaço entrou em outros devires nas negociações entre cinema e escola (BARBOSA, 2017, p. 21).

Esse exemplo de pesquisa cartográfica aponta para a potencialidade da

cartografia na dimensão da pesquisa-intervenção, uma vez que sua proposta buscava provocar deslocamentos nos modos de viver e perceber o espaço escolar de todos os envolvidos na produção do documentário (pesquisador e comunidade escolar), o que acabou disparando novos modos de sentir, habitar e pensar aquele espaço escolar.

Ressalta-se, portanto, que as pesquisas realizadas na perspectiva cartográfica – tanto em sua dimensão epistemológica como metodológica – têm proporcionando conhecimentos cujos processos e produções possibilitam expandir o sentido de aprender, uma vez que levam em conta distintas modalidades de pensamento, reflexão e comunicação que vão além do modo textual-oral e que consideram as extensões espaciais, corporais, assim como recursos visuais e artísticos.

Esse é o caso também do projeto APREN-DO, cuja pesquisa realizada durante três anos com professores da Educação Básica em diferentes níveis de ensino de duas regiões da Espanha (País Vasco e Cataluña), está relatada no livro *¿Cómo aprenden los docentes?: Tránsitos entre cartografías, experiencias, corporeidades y afectos* (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ *et al.*, 2020).

Nesta pesquisa, a Cartografia foi adotada na perspectiva de uma estratégia de investigação que permitia focar nos encontros e não nos resultados, acompanhar processos, mais que fazer perguntas, compartilhar com os pesquisados sobre a direção da pesquisa, considerando-a como uma oportunidade de estabelecer formas de diálogos mais estreitas.

De acordo com Hernández Hernández (2020), ao justificar a adoção da Cartografia na pesquisa em questão,

Na pesquisa, as cartografias atuaram como uma epistemologia criativa e artística, e também como uma metodologia de pesquisa narrativa que permitiu explorar fissuras, deslocamentos, viagens instáveis, formas de conhecimento, agenciamentos e emaranhados por meio dos quais os professores explicavam suas trajetórias de aprendizagem. Por nos oferecerem essas possibilidades, consideramos a cartografia, além de ser um método visual desencadeador de reflexões, como um espaço de enredamento no qual todas essas substâncias – anticorpos, coisas, textos, situações, ideias e modos de fazer – poderiam permanecer reunidas (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2020, p. 51, tradução nossa).

Desse modo observa-se que a introdução da dimensão espacial (territorial, geográfica) e visual nas histórias de aprendizagem dos professores pesquisados

permitiu contemplar a complexidade de investigar as suas trajetórias, abrindo um panorama de enredamento e riqueza conceitual de notáveis proporções. São cartografias que apresentam experiências atravessadas pelos afetos, pela corporeidade, pela biografia e os saberes prévios que emergem dos processos em constante devir.

Descrita pelas vozes dos vários pesquisadores que a compuseram, esta pesquisa reafirma a importância de compreender a investigação cartográfica como uma oportunidade de criar um espaço de encontros, de acatar as mudanças que ocorrem durante o processo e os movimentos da pesquisa e de conceber o processo de pesquisa como uma experiência que permite acasos e surpresas.

Enfim, percebe-se que a Cartografia, como princípio do pensamento rizomático que fundamenta um modo singular de pesquisar, mostra-se bastante pertinente e compatível com os desafios que a multiplicidade da realidade contemporânea apresenta, tendo ainda muitos aspectos a serem melhor explorados, principalmente no campo educacional.

4. Concluindo

Ao explicar sobre o pensamento rizomático formulado por Deleuze e Guattari (1995) como perspectiva que busca conhecer a realidade a partir da multiplicidade, das diferenças e das heterogeneidades, é possível compreendê-lo como uma contribuição importante a ser explorada no enfrentamento da realidade educacional contemporânea, marcada pela pluralidade, pela diversidade e por deslocamentos e rupturas constantes.

Por sua vez, o entendimento da *cartografia* como um dos princípios do modo rizomático de pensar, torna mais clara tanto a necessidade de reconhecer os dispositivos engendrados nas práticas de saber e poder que compõe o pensamento e as subjetividades nelas produzidas, como de tornar visíveis os agenciamentos que estes estabelecem no campo social e, mais especificamente no campo educacional.

Desse modo, vislumbra-se por meio da cartografia, a possibilidade de adentrar as redes que compõem os dispositivos e, atuando no movimento dinâmico de desemaranhar as conexões que suas linhas estabelecem, propor outros trajetos capazes de romper com as subjetividades produzidas e criar outros modos de operação do pensamento.

Seguindo esse raciocínio, chega-se à Cartografia como uma atitude investigativa

e postura de pesquisa que tem como características singulares a abertura e a inventividade. Uma perspectiva que proporciona um modo dinâmico de pesquisar, que vivifica o conhecimento no pesquisador e no seu campo de pesquisa, uma vez que aciona o pensamento pelos aspectos que não são aparentes, mas que surgem no fluxo da pesquisa causando incômodos e deslocamentos dos caminhos comumente traçados. São exatamente esses aspectos imprevisos e da subjetividade humana que a Cartografia valoriza, que conduzem os sujeitos (pesquisadores e pesquisados) a produzirem novos conceitos e posicionamentos para enfrentar a realidade pesquisada e construir juntos conhecimentos sobre a mesma.

Ao fazer o percurso por algumas práticas de pesquisa que têm a Cartografia como fundamento de investigação e método de pesquisa é possível perceber que suas características contribuem sobremaneira com os estudos sobre a produção de subjetividades nas ciências sociais, mais especificamente no campo educacional, contemplando aspectos que têm se tornado cada vez mais dinâmicos e permeados de atravessamentos sociais, culturais e políticos.

Por fim, reconhecer a Cartografia como estratégia de pesquisa potente na investigação de fenômenos educativos contemporâneos é admitir a necessidade de procedimentos e posturas de pesquisa mais abertos, inventivos e dispostos ao acaso, portanto, mais condizentes com a diversidade e multiplicidade existente nas relações entre professor-estudantes-conhecimentos e processos de formação, de ensino e de aprendizagem.

Referências

BARBOSA, C. **O espaço em devir no documentário**: cartografia dos encontros entre cinema e escola. 2017. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2017.

BARRETO, R. O.; CARRIERI, A. P.; ROMAGNOLI, R. C. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 1, p. 47-60, Jan./Mar. 2020.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009. p. 52-75.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. In: **Revista Digital do LAV**. Santa Maria, RS, v.7, n.2, p. 66-77, mai-ago, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1. São Paulo, SP: Ed. 34, 1995.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1996.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *et al.* **¿Cómo aprenden los docentes?**: Tránsitos entre cartografías, experiencias, corporeidades y afectos. Barcelona, Espanha: Universidad (Spanish Edition); Ediciones Octaedro (Edição do Kindle), 2020.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. El planteamiento de la investigación: transitar desde el no-saber en las trayectorias de aprendizaje de los docentes. In: HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *et al.* **¿Cómo aprenden los docentes?**: Tránsitos entre cartografías, experiencias, corporeidades y afectos. Barcelona, Espanha: Universidad (Spanish Edition); Ediciones Octaedro (Edição do Kindle), 2020. p. 46-66.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009. p. 32-51.

MORAES JÚNIOR, J. A. Para uma análise cartográfica da subjetividade na escola a partir de Nietzsche, Deleuze e Gattarri. **Saberes**, Natal, RN, v.1, n.6, p.53-64, fev. 2011.

OLIVEIRA, M. O.; MOSSI, C. P. Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Conjectura**: Filos. Educ., Caxias do Sul, RS, v. 19, n. 3, p. 185-198, set./dez. 2014.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009. p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009.

PASTE, R. **Artista-professor**: cartografia e processo. 2017. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, ES, 2017.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A Cartografia Como Método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, RS, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1989.

SIMONINI, E. Linhas, tramas cartografias e dobras: uma outra geografia nos cotidianos das pesquisas. In: GUEDES, A. O.; RIBEIRO, T. (Orgs.). **Pesquisa, alteridade e experiência**: metodologias minúsculas. Rio de Janeiro, RJ: Ayvu, 2019. p. 73-92.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES



ADRIANA BORGES DE PAIVA

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestra em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2020). Especialista em Pedagogia Empresarial (Universidade Federal de Uberlândia, 2007). Graduada em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 2005). Foi professora da Escola Municipal Professor Eurico Silva nas séries iniciais do Ensino Fundamental de 2007 a 2009. Em 2010 atuou de março a novembro como pedagoga no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, campus Uberlândia. Desde dezembro de 2010 é Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Uberlândia, lotada na Pró-Reitoria de Graduação, na Diretoria de Ensino. Atualmente é coordenadora da Divisão de Projetos Pedagógicos.

ANDERSON ORAMISIO SANTOS

Doutor em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2013). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade de Educação São Luis de Jaboticabal, 2001). Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar (Faculdade Católica de Uberlândia, 2009). Especialista em Pedagogia Empresarial (Universidade de Alfenas, 2008). Graduado em História e Geografia (Centro Universitário do Triângulo, 1988). Graduado em Pedagogia (Faculdade Alfredo Nasser, 2009). Atualmente é professor de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em diversas Instituições de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais.

ANNY CAROLINA DE OLIVEIRA

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestra em Ensino de Ciências e Matemática (Universidade Federal de Uberlândia, 2019). Graduada em Licenciatura em Química (Universidade Federal de Uberlândia, 2015) e Pedagogia (Universidade Norte do Paraná, 2021). Professora do Magistério Superior na rede particular de Ensino da cidade de Ituiutaba-MG.

AVANI MARIA DE CAMPOS CORRÊA

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021 – 2024). Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, 2020). Graduada em Pedagogia (União das escolas Superiores do Pará, 1989). Desde 1988, atua como Supervisora Pedagógica da Educação Básica. Atualmente, exerce a função de Tutora no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia e professora da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia -MG.

GLÊNIO OLIVEIRA DA SILVA

Doutorando em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2013). Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira e Africana (Universidade Federal de Uberlândia, 2011). Especialista em Gestão de Negócios (Universidade Federal de Uberlândia, 1997). Graduado em Ciências Econômicas (Universidade Federal de Uberlândia, 1996). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB/UFU. Tem experiência como professor em faculdades particulares. É servidor técnico administrativo na Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da Universidade Federal de Uberlândia.

GUILHERME SARAMAGO DE OLIVEIRA

Doutor em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2009). Mestre em Inovação Educativa (Universidade Autônoma de Barcelona, 1999). Mestre em Educação Superior (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1997). Especialista em Educação Infantil (Universidade Federal de Uberlândia, 1987). Graduado em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 1986). Graduado em Direito (Universidade Federal de Uberlândia, 1991). Graduado em Matemática (Universidade de Uberaba, 2009). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Uberlândia.

MARA CRISTINA PIOLLA HILLESHEIM

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestra em Linguística (Universidade Federal de Uberlândia, 2004). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UENP - Cornélio Procópio, 1989). Especialista em Língua Portuguesa (UENP - Cornélio Procópio, 1990). Graduada em Letras (UENP - Cornélio Procópio, 1987). Graduada em Direito (Universidade Estadual de Londrina, 1997). Professora da Rede Pública do Estado do Paraná, de 1987 a 2001. Professora do Curso de Letras e de Direito da UNIUBE, de 2001 a 2019. Atualmente é Professora Efetiva do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM - Campus Patos de Minas).

MÁRCIA MARIA DE SOUSA

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestra em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2006). Especialista em Ensino de Artes Plásticas (Universidade Federal de Uberlândia, 1998). Graduada em Educação Artística - Habilitação em Artes Plásticas - Licenciatura e Bacharelado (Universidade Federal de Uberlândia, 1996). Desde 1997, atua como professora da Educação Básica, no Ensino Fundamental e Médio e desde 2009 como professora de Arte no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

MARIA DO CARMO RODRIGUES

Especialista em Direito Constitucional e Docência na Educação Superior (UNIDERP, 2012). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico - Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração (FAVENI, 2021). Especialista em AAE - Atendimento Educacional Especializado (Faculdade Dom Alberto, 2021). Graduada em Direito (Universidade de Uberaba, 2010). Graduada em Pedagogia (Centro Universitário Claretiano, 2020). Atualmente é professora de Educação Infantil e Profissional de Apoio Escolar na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia - MG. Advogada na área de Família e Cível.

MICHELE MARIA DA SILVA

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestra em Educação (Universidade Federal de Catalão, 2019). Especialista em Educação do Campo (Universidade Federal de Uberlândia, 2016). Graduada em Letras (Universidade Federal de Uberlândia, 2009). De 2013 a 2019 atuou como Inspetora Escolar na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Desde 2020 atua como Analista Educacional na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia.

I- REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

*Adriana Borges de Paiva
Guilherme Saramago de Oliveira
Mara Cristina Piolla Hillesheim*

II- O ESTUDO DE CASO ÚNICO NA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

*Glênio Oliveira da Silva
Guilherme Saramago de Oliveira
Michele Maria da Silva*

III- O GRUPO FOCAL NA PESQUISA CIENTÍFICA DE NATUREZA QUALITATIVA

*Avani Maria de Campos Corrêa
Guilherme Saramago de Oliveira
Anny Carolina de Oliveira*

IV- FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTÓRIA ORAL NA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

*Anny Carolina de Oliveira
Guilherme Saramago de Oliveira
Avani Maria de Campos Corrêa*

V- PRINCÍPIOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

*Michele Maria da Silva
Guilherme Saramago de Oliveira
Glênio Oliveira da Silva*

VI- CARTOGRAFIA: UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

*Márcia Maria de Sousa
Guilherme Saramago de Oliveira*